



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 53^a
(QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE JUNHO 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

É com muita honra e muita alegria que recebemos aqui na Casa do povo os alunos da 3^a e 4^a séries da Escola Classe nº 21 do Gama, acompanhados pelas Professoras Andréa, Luciane, Rita e Leandra, e também os alunos da Escola Classe nº 57 de Ceilândia, acompanhados pelas Professoras Ronilda, Cristineide e Sônia e pela Coordenadora Virgínia. Eles participam do Projeto Cidadão do Futuro, coordenado pela nossa Escola do Legislativo. Vocês, crianças, sejam bem-vindos à sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nós estamos muito felizes, porque vocês estão aqui hoje nessa tarde.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a Selma, a Priscila, todos da Escola do Legislativo, o Deputado Wilson Lima e os deputados que estão aqui presentes. Parabéns, deputado.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde para todas e todos.

Aqui é a tribuna, é daqui que o Deputado faz o seu pronunciamento. É aqui que ele defende teses e projetos, defende ou acusa o Governo. Aí estão os lugares em que os Deputados se sentam. No meio do plenário, fica o microfone em que são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

feitos os apartes. Ali fica o Presidente da Casa. Aqui fica a Mesa Diretora. Ali está a assessoria da Mesa Diretora. Ali é o “aquário”, onde os jornalistas se localizam.

Vocês hoje conheceram o plenário da Câmara Legislativa em rápidas pineladas.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Parabéns às crianças, aos alunos, às professoras e aos professores. Estamos muito felizes com a presença de vocês.

Muito obrigado.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 113 - Suplemento, de 26/06/2009, juntamente com a ata sucinta da 53^a Sessão Ordinária.)

Leitura da atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 51^a Sessão Ordinária;
- Ata da 52^a Sessão Ordinária.

A Presidência vai suspender a sessão por alguns minutos.

Convido os Deputados presentes, especialmente os da Mesa Diretora, para ouvirmos da Comissão de Servidores da Casa, representados pelo SINDICAL e pela ASSECAM, as contribuições ao Plano de Carreira dos Servidores da Câmara Legislativa, proposto inicialmente pela Mesa Diretora.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h33min, a sessão é reaberta às 16h59min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

A Presidência cumprimenta o pessoal que está na galeria, que veio defender, é claro, os seus interesses. Com certeza, os Deputados vão levar em conta, vão ponderar o que vocês estão pleiteando e vão discutir, passo a passo, o problema dos vetos opostos ao PDOT. Vamos discutir e acordar cada um deles e, com certeza, faremos de tudo para chegarmos a um final feliz, pois assim atenderemos a todos vocês. Se for necessário, vocês poderão constituir uma comissão para falar conosco. Vamos manter um diálogo aberto.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 113 - Suplemento, de 26/06/2009, juntamente com a ata sucinta da 53^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Quero comunicar a este Plenário que tenho em mãos um atestado do Deputado Raad Massouh. O médico concedeu à S.Exa. um período de repouso devido a problemas de saúde.

Solicito a todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa que, por gentileza, se dirijam ao plenário para que possamos iniciar a apreciação dos vetos. Ao mesmo tempo, consulto se o Plenário abrirá mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, havia um cronograma firmado, em que a base do Governo discutiria os vetos do Governador ao PDOT e em que a Oposição também faria essa discussão separadamente. Após, haveria a discussão conjunta. Já que são mais de 50 vetos, havíamos decidido que iríamos apreciar os vetos em que houvesse acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, um instante. Eu quero apenas vencer etapas.

A minha pergunta é a seguinte: Haverá ou não os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares? Todos abrem mão? V.Exa. abre mão? A Deputada Eurides Brito, em nome da bancada do Governo, abre mão?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, a situação não é essa necessariamente. V.Exa. disse que os Líderes e os Parlamentares abririam mão para que pudéssemos apreciar os vetos. Não tenho nenhum problema em abrir mão dos Comunicados. Apenas sugiro que façamos uma discussão, para apreciarmos em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

bloco os vetos opostos pelo Governador do Distrito Federal em que houvesse consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, então está vencida esta etapa.

Então, não haverá os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, que proceda à chamada nominal dos Srs. e Sras. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5



I^o - VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5^a LEGISLATURA - 2^a SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM	X		
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB	X		
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JACQUELINE RORIZ - PSDB		X	
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT		X	
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA - PR	-X		
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
TOTAL	-	17	07

SECRETÁRIO-DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem

revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar o pessoal do Guará, os chacareiros que estão aqui à espera do início dos nossos trabalhos. Há uma parceria, pois sei que vários Deputados estão ao lado dos chacareiros. Assim, saúdo-os em nome desta Casa e agradeço a presença de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Faço minhas as palavras do Deputado Geraldo Naves. Saúdo os chacareiros e cumprimento também os amigos de São Sebastião que estão aqui hoje e os amigos da QSE 08 de Taguatinga que hoje visitam esta Casa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os chacareiros e já anunciar o meu voto. Votarei pela derrubada do veto, ou seja, pela manutenção das chácaras.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Quero comunicar que nas sessões de quarta e quinta-feira, amanhã e depois, estaremos em Samambaia. As inscrições dos oradores deverão ser feitas no local; não haverá inscrição de oradores aqui. Os Srs. Deputados devem estar cientes de que as inscrições para os Comunicados de Líderes e de Parlamentares, amanhã e depois, serão feitas em Samambaia.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.098, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 1098/08
Fls. n.º 702 ilumne

RELATÓRIO N°

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1098, de 2008, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para reforço de dotação orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Relator: Deputado RAAD MASSOUH

O Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa, por meio da Mensagem nº 458, de 2008, que, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 74, da Lei Orgânica do Distrito Federal, opôs veto parcial do Projeto de Lei nº 1.098, de 2008, transformado na Lei nº 4.273, de 17 de dezembro de 2008.

O Projeto, de autoria do Poder Executivo, abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) para reforço de dotação orçamentárias consignadas no orçamento de 2008.

Examinada por esta Casa, o projeto foi aprovado com duas emendas de nºs 1 e 5/2008.

O veto governamental incidiu sobre a Emenda Supressiva nº 05/2008, que visa o cancelamento da supressão de recursos para unidade orçamentária 11.117 – Região Administrativa do Recanto das Emas, para financiar a construção de baias para ônibus, plantio de gramas, urbanização de praças, construção de calçadas construção de praças, fechamento de quadra coberta e execução de obras de urbanização, na referida Região, ambos com valor unitário de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)”.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a emenda configura em cancelamento de dotação de Pessoal e Encargos Sociais, o que fere o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 150, § 5º, inciso II.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado ROGÉRIO ULYSSES
Presidente

Deputado ROGÉRIO ULYSSES
Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou olhando a pauta da Ordem do Dia e quero parabenizá-lo pela visão global dos três dias da semana. Isso é muito bom para nós.

Ao lado da alegria por esse novo formato que, acho, deveria prosseguir por todas as semanas, vem uma preocupação. Na nossa ida quarta e quinta-feira a Samambaia que, com certeza, repetirá o êxito da sessão em Ceilândia, serão colocados projetos em votação, como está aqui na pauta da Ordem do Dia, e haverá sessão de trabalho das Comissões. Mas há uma preocupação: se a sessão de quinta-feira for transformada em comissão geral, não teremos, mais uma vez e por mais uma semana, a votação de projetos importantes que estão com prazo correndo. Como Líder, tenho que lutar para que os projetos sejam aprovados e tenho que convencer meus colegas de que há projetos que podem esperar e há outros projetos que não podem esperar.

Então, eu queria apelar para ver se o Deputado Wilson Lima poderia concordar – sei que S.Exa. já teve o gesto imenso de adiar a sua comissão geral na semana passada – em adiar mais uma vez a comissão geral para a próxima semana. Assim, poderíamos ter dois dias de trabalho em Samambaia, não só para a votação dos projetos, mas também para dar a ideia em Samambaia de que não fomos lá apenas por um dia e meio para fazer de conta. No último dia, na sexta-feira, teremos uma plateia, o que é muito bom, porque dá oportunidade de a comunidade apresentar-se culturalmente, de os alunos e as escolas observarem o funcionamento da sessão, mas, no trabalho específico da Casa, vamos ficar resumidos a praticamente uma sessão de votação. Então, eu queria fazer esse apelo.

Se necessário, poderíamos consultar os colegas, mas o melhor seria a definição do Deputado Wilson Lima. Nós o ajudaríamos na divulgação junto aos seus convidados, junto às pessoas que S.Exa. tem trazido, justificando e ficando extremamente agradecidos com o seu gesto de grandeza. É importante termos dois dias de reuniões, na quarta e na quinta-feira, para termos a Ordem do Dia apreciada em Samambaia.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Eurides Brito, uma das alternativas – até porque o Deputado Wilson Lima já adiou a comissão geral uma vez, S.Exa. nunca faltou a nenhuma sessão e certamente não gostaria de faltar à sessão de Samambaia – seria a possibilidade de esta comissão geral ser transformada em uma audiência pública. Fiz esta consulta ao Deputado Wilson Lima, e, enfim, quem sabe S.Exa. possa fazer uma reavaliação disso para que pudéssemos ter votação na quinta-feira em Samambaia, mas eu queria dizer que este é um assunto do Deputado Wilson Lima. Então, assim como fez V.Exa., também faço este



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

apelo ao Deputado Wilson Lima para ver esta possibilidade. Mas certamente esta Presidência gostaria que a posição do Deputado Wilson Lima fosse mantida.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há projetos de lei encaminhados à Casa que dependem de calendário e é uma questão sobre a qual temos responsabilidade. Votando “sim” ou “não”, temos que dar resposta a esses projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito, Deputada Eurides Brito. Vamos ouvir o Deputado Wilson Lima.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conversei com o Deputado Wilson Lima antes de vir ao microfone, mas acho que o Deputado Wilson Lima talvez não tenha entendido a sugestão de V.Exa. que me parece extremamente conciliatória: transformar a comissão geral em uma audiência pública. Dessa forma, a proposição seria resolvida a contento. Está nas suas mãos, Deputado Wilson Lima.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Vamos ouvir o Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputada Eurides Brito, prefiro conversar com V.Exa. e com o Deputado Leonardo Prudente depois, à parte. Está bem?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Está bem.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito ao serviço de som que aumente o volume na galeria, para que as pessoas possam acompanhar as discussões e votações. (Pausa)

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que avance na votação do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência informa que já foi lido o parecer e que o voto tem dois dispositivos vetados. Indago a V.Exas. se há consenso para votarmos em conjunto os dois itens.

Há consenso.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como é desejo de todos, eu gostaria que iniciássemos a votação.

Encaminho pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 16/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Anexos III e IV -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____
 PROJETO DE LEI N°(S) 1093/08

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): Wilson Lima

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP				X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT	X				
	CHICO LEITE – PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	Z0			4	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP Nº _____ / _____ Fls.º _____
VOTOS "SIM"	Z0	VETO MANTIDO X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO
ABSTENÇÃO	00	
AUSÊNCIAS	04	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, haja vista que nós tivemos a oportunidade de discutir bastante esses vetos e temos encaminhamento de mantê-los nos Itens nºs 2,3,4,5 e 6, eu queria pedir a V.Exa. que apreciasse a possibilidade de votarmos em bloco esses itens, logicamente sem prejuízo do esclarecimento das matérias.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. inserisse na pauta do dia a Moção nº 382, de 2009; a Moção nº 383, de 2009, e a Moção nº 384, de 2009, e, se possível, colocasse-as em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu acato a solicitação de V.Exa. e incluo na Ordem do Dia as moções.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que não há acordo em apreciarmos todos os vetos em bloco, na medida em que, Sr. Presidente, esta Casa não é composta apenas pela bancada governista, e nós não temos a mesma posição da bancada do Governo. Aliás, nem fomos consultados acerca dela, o que, por si só, já fere o princípio da pluralidade e da democracia.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esse foi um encaminhamento que o Deputado Batista das Cooperativas fez. Eu acato a solicitação de V.Exa. Vamos fazer a avaliação voto a voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, aproveito para alertar ao Deputado Batista das Cooperativas que não existem apenas Deputados governistas nesta Casa. Seria de bom alvitre que isso fosse considerado, em respeito ao povo que nos elegeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu só queria facultar aos autores dos projetos a opção, se desejarem, de pular os vetos dos Parlamentares para celeridade da sessão. Não há nenhum óbice, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria responder à Deputada Erika Kokay, pois o pronunciamento de S.Exa. me sensibilizou. Isso é verdade. Eu quero retirar essa questão de ordem — o que nem seria preciso, porque S.Exa. já a indeferiu. A Deputada Erika Kokay está certíssima.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Batista das Cooperativas.

Passaremos ao próximo item da pauta.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que pulasse o Item nº 2.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sra. Deputada, eu fiz uma solicitação ao Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que aguarde a resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Antes de responder, eu concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não vemos nenhum problema em os Deputados solicitarem a inversão de pauta. Mas vou reafirmar a questão de ordem, que ficou sem resposta pela Presidência desta sessão, ocupada, à ocasião, pelo Deputado Wilson Lima, de que é temerário apreciarmos os vetos ao PDOT sem que tenhamos feito uma discussão.

Não vejo nenhum problema de pular os vetos, de acordo com o autor do projeto. Não tenho nenhum problema e respeito a vontade dos Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

Entretanto, isso não pode servir para que nós tenhamos uma celeridade, os vetos ao PDT não podem ser apreciados sem a discussão com o conjunto dos Parlamentares desta Casa.

O Partido dos Trabalhadores fez uma avaliação veto a veto e gostaria de ter a oportunidade — apenas a oportunidade — de explicar a sua posição aos Parlamentares da base governista, como também gostaria de ter o direito e a oportunidade de, quem sabe, mudar sua opinião, a partir dos argumentos da bancada governista, se, porventura, esta tivesse uma posição diferente da nossa.

Por isso, Sr. Presidente, não vejo nenhum problema em pular. Nenhum problema. Apenas quero que seja assegurada a discussão sobre as posições acerca do PDT, para não criarmos um precedente extremamente perigoso nesta Casa.

Temos aqui os chacareiros. Respeitamos os chacareiros, achamos que os seus direitos têm que ser defendidos. Mas há também a população inteira da cidade do Guará, que quer que esta discussão resulte, no mínimo, na preservação e na implementação do parque.

Portanto, Sr. Presidente, não é uma discussão fácil. Citei apenas o exemplo dos chacareiros, mas existem outros exemplos que refletem opiniões polêmicas acerca da manutenção ou não do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, respondendo a V.Exa., como foi acordado que no dia de hoje votaríamos os vetos e como a bancada de Oposição e a bancada de Governo já têm um posicionamento, não vejo prejuízo em fazer essa discussão no plenário. Agora, se os Deputados entenderem que devemos suspender a sessão para fazer a discussão, submeterei isso aos Líderes. Qual o encaminhamento que os Líderes sugerem, no que se refere à questão dos vetos do PDT?

Eu gostaria de ouvir os Deputados Rogério Ulysses, Geraldo Naves, Benício Tavares...

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dizer à Deputada Erika Kokay que nós, da base, fizemos várias reuniões. Discutimos em grupos menores e discutimos também em alguns grupos maiores. É interessante, mas postergar muito... Temos que limpar a pauta.

Não sei qual será a decisão da Líder, mas acho que podemos limpar a pauta. Vamos aproveitar que esta Casa está repleta de Parlamentares, o que deveria ser usual, para limparmos a pauta. As pessoas estão esperando por isso na galeria. Não vejo por que não suspender a sessão para discutirmos o assunto. Já que há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

posicionamento dos dois lados, vamos chegar a um consenso, limpar a pauta logo e acabar com a angústia de várias pessoas, que serão ou não beneficiadas, dependendo da posição que esta Casa tomar.

Essa é a minha colocação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria lembrar aos nobres Parlamentares que construímos, na semana passada, um acordo no qual a bancada de Governo e a bancada de Oposição fariam, cada qual, sua reunião para analisar todos os vetos ao PDOT. Depois, nós nos reuniríamos, e, aqueles que fossem convergentes, votaríamos em consenso. Os que não fossem, cada Parlamentar votaria de acordo com o posicionamento da sua bancada.

Entendo a ansiedade dos chacareiros presentes, do pessoal de São Sebastião, da QNF, de todo mundo, dos Parlamentares, inclusive, mas, se suspendêssemos a sessão por 15 ou 30 minutos, com horário determinado para o início e para o fim, para que não se estenda muito e para que cada Parlamentar não se prolongue... Até porque, com as reuniões antecipadas da base do Governo e da Oposição, já existem posicionamentos definidos. Rapidamente, chegaríamos a um entendimento, voltaríamos à sessão e limparíamos a pauta, para que, amanhã e na quinta-feira, em Samambaia, fizéssemos a votação de acordo com a Ordem do Dia. Esse é o encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Cabo Patrício, a única dificuldade que vejo é que a experiência tem mostrado que todas as vezes em que suspendemos a sessão, não conseguimos impor um limite de tempo. O plenário se esvazia, os Deputados começam a ir embora e, por fim, acabamos por prejudicar as pessoas.

Se houver um item muito polêmico, suspenderemos a sessão por alguns minutos. Mas poderíamos ver como é que fica o avançar da discussão. Vamos ouvir a posição dos Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quanto à posição do Democratas, faço coro com o Deputado Rôney Nemer. Da mesma forma que o PT analisou item por item, nós, do Democratas e da base do Governo, também o fizemos.

Hoje, estamos aptos não só a votar, mas também a obedecer ao encaminhamento da nossa Liderança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

Quero dizer ainda que os anseios da população falam mais alto. Não adianta falarmos simplesmente que a população do Guará está contra, querendo isso ou aquilo. A população do Guará nem sabe o que está sendo votado aqui, hoje. Quem sabe são os chacareiros que, há 40 anos, sofrem! Gente que sofreu infarto, perdeu o marido, criou os filhos, hoje está com filho na faculdade assistindo a derrubadas que estão sendo feitas, sem o respeito mínimo ao cidadão.

Os chacareiros, que estão aqui, não querem ser invasores. Eles querem respeito e querem que o Governo diga: "Vamos colocá-los em algum lugar." E com dignidade, não simplesmente chegando e passando uma patrula em cima, batendo, matando, tirando o respeito e a dignidade dessa família que chegou aqui bem nos primórdios. É isso o que o chacareiro quer.

Agora, não venha aqui a Deputada Erika Kokay me dizer que a população do Guará... Não vejo ninguém aqui dizendo: "Eu sou da população do Guará". É preciso respeitar o chacareiro!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas repisar o que já disse o Deputado Cabo Patrício. Realmente fizemos o acordo de apreciar hoje os vetos ao PDOT, mas esse acordo pressupunha uma discussão, para que pudéssemos encontrar um entendimento. Houve, inclusive, a sugestão de votarmos em bloco todas as decisões que fossem consensuais. Essa discussão entre a bancada governista, com a posição dela, e a bancada do PT não houve. Portanto, o encaminhamento a ser tomado é a análise, um a um, o que significa analisar mais de 50 vetos. E, para chegarmos ao voto referente aos chacareiros, temos que analisar 20 ou mais vetos, se seguirmos a Ordem do Dia.

Acho que é de bom alvitre... nós não somos contra os chacareiros, mas somos a favor do Parque Ecológico do Guará. São dois projetos diferentes e é preciso que eles sejam analisados de forma distinta, sob a luz de todos os olhares.

Então, eu queria dizer apenas que se discuta isso especificamente. Até porque já ouvi muitas vezes os chacareiros que estão dentro do parque ecológico dizerem que não têm problema em se retirarem de lá, desde que seja assegurada a manutenção da atividade produtiva deles. E cabe a esta Câmara exigir que o Governador fixe esses chacareiros no parque ou em outro lugar e dê a eles condições para sobreviver. E mais ainda: há uma decisão judicial de que eles terão que ser indenizados se saírem de lá.

Portanto, Sr. Presidente, acho que não é apenas uma questão de mantê-los ou não, mas de exigir do Poder Executivo que seja respeitada a história desses chacareiros e também que haja a implantação do Parque Ecológico do Guará, como houve a do Taguaparque.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, creio que não devemos emitir, neste momento, nenhuma opinião sobre as matérias em pauta, se vamos votar a favor desse ou daquele voto. Creio que a iniciativa, neste momento, deve ser no sentido de que possamos votar, o mais rapidamente possível, os vetos ao PDOT. A nossa bancada também apoia a ideia de votação já dos vetos ao PDOT. Poderíamos, enquanto não se chega à votação dos vetos ao PDOT, fazer a discussão com a bancada de Oposição.

Há vários vetos para serem apreciados, Sr. Presidente. Poderíamos discutir os vetos ao PDOT com o Deputado Batista das Cooperativas e alguns Deputados, enquanto V.Exa. prossegue com a pauta. Quando chegarmos ao voto ao PDOT, as coisas já estarão avançadas com a bancada do Governo e com a bancada de Oposição.

É uma proposta, mas com a votação hoje, já!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa sugestão é que sigamos a pauta, analisando os vetos ao PDOT, pois é isso que interessa, no momento, para a sociedade que está na galeria, acompanhando a votação.

Vamos ponto a ponto. Temos que analisar os vetos ao PDOT. E qualquer debate que puder ser feito em paralelo no cafezinho, a gente vai estar presente argumentando sobre isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente é isso que se tem colocado, que a gente siga, que nós coloquemos as questões do voto para serem votadas, porque os nossos irmãos chacareiros que estão ali não podem ficar esperando esse tempo todo, o pessoal de São Sebastião, do Setor de Oficinas.

Temos, realmente, que fazer a vontade da população e votar esses vetos imediatamente.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou favorável a que se limpe a pauta, que se vote tudo que tiver que ser votado, mesmo que saímos daqui tarde. Penso que a pauta tem que ser limpada. Tem que ser votado tudo. O voto é da consciência de cada Parlamentar, seja "sim" ou "não". Agora, quanto aos projetos, penso que a população quer e deseja, de forma legítima, que todos que estão na pauta sejam votados.

Sr. Presidente, os assessores aqui no plenário, e eu mesmo como Parlamentar, não estou entendendo direito sobre quinta-feira. Temos uma Comissão Geral marcada para o plenário na quinta-feira e, ao mesmo tempo, temos uma sessão da Câmara marcada em Samambaia.

Então, eu queria saber de V.Exa. e da Mesa Diretora: afinal de contas, quinta-feira será aqui ou em Samambaia?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Reguffe, na verdade, da nossa parte, houve uma pequena confusão em relação ao que nós teríamos aqui. A informação inicial que eu tinha é de que era uma Audiência Pública. Isso não prejudicaria o trabalho. Depois, recebi a informação do autor da proposta, Deputado Wilson Lima, de que será uma Comissão Geral.

Se for mantida a questão da Comissão Geral, certamente o que poderá acontecer, na tarde de quinta-feira, será apenas reunião das Comissões. E, portanto, não poderá haver sessão deliberativa na quinta-feira, se for mantida a Comissão. Mas, no decorrer da sessão, nós vamos dar a informação definitiva sobre esse assunto.

DEPUTADO REGUFFE – Então, a princípio, será amanhã em Samambaia, e quinta-feira aqui no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que retire de pauta o Item nº 2; o Item nº 3, que é de V.Exa.; o Item nº 4, que é do Deputado Raad Massouh e o Item nº 5, que é do Deputado Cabo Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Wilson Lima, se houver anuênciia do Plenário, eu acato a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão que é a seguinte: eu não estou de acordo com a proposta de se retirar os itens. Acho que o Regimento tem que ser seguido.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu quis fazer uma ponderação, que nós pudéssemos discutir pelo menos algumas polêmicas. E a Mesa não aceitou.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não é a Mesa que não aceitou, Deputada Erika Kokay, a Mesa submeteu aos Líderes, e os Líderes não concordaram.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – V.Exa. sabe exatamente o que fez. Então, eu diria, Sr. Presidente, que V.Exa. fez uma opção de analisarmos os vetos do PDOT, sem que houvesse qualquer tipo de discussão.

V.Exa. deveria ter tido a mesma veemência que teve agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu não respondi, Deputada Erika Kokay. Estou ouvindo as questões de ordem. O Deputado Benício Tavares fez um encaminhamento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, houve um acordo em que V.Exa. estava presente, e estavam presentes vários Deputados, de que haveria uma discussão entre o bloco do Governo e a Oposição.

V.Exa. estava presente. Esse acordo não foi cumprido neste item, e mesmo assim nós vamos submeter a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, o Plenário é soberano, o Colégio de Líderes... Eu apenas conduzo a vontade da maioria. Eu submeti a questão de ordem de V.Exa. ao Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes decidiu ontem uma coisa, o Colégio de Líderes pode se reunir hoje e mudar tudo. O Colégio de Líderes é soberano, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O Colégio de Líderes não fez a discussão sobre o PDOT, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu vou perguntar de novo, Deputada Erika Kokay: eu gostaria de ouvir do Deputado Cristiano Araújo, do Deputado Geraldo Naves, do Deputado Rogério Ulysses e do Deputado Benício Tavares se nós vamos suspender a sessão para fazer a discussão, ou se nós vamos continuar a sessão? Eu gostaria de ouvir dos Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (Democratas. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelos Democratas, gostaríamos de seguir e continuar trabalhando sem interrupção.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mantendo firme o posicionamento de apreciação de voto a voto seguindo a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, manter a votação seguindo item a item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também mantenho a posição de votarmos item a item o voto da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Então, a questão de ordem da Deputada Erika Kokay está indeferida em função da decisão soberana do Colégio de Líderes. Farei a leitura do art. 35...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente, aqui foi dito que se deveria seguir item a item a pauta. Então, nós não vamos pular o Item nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Claro. Deputada, a questão de ordem de V.Exa....

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então não é o Item nº 35?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item nº 2 da pauta. Nós vamos analisar todos os itens, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Exatamente. Agora sim, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para ouvirmos sua opinião.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, defendo que seja votado tudo hoje, que a votação continue porque a população tem o direito de ver seus representantes votando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.039, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário, sem perda de vencimentos, nas condições que especifica, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	23

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1039 / 2008
Fls, nº 23 (VETO)
Lag

RELATÓRIO DE VETO N° DE

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei nº 1039/2008 que dispõe sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário sem perda de vencimentos, nas condições que especifica, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado Rogério Ulysses

I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 004/2009-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, **após voto total**, ao Projeto de Lei nº 1039/2008, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Wilson Lima, versa sobre o direito a uma folga anual para todos os servidores públicos do Distrito Federal, no dia do seu aniversário sem perda de vencimentos, nas condições que especifica e dá outras providências.

Ao expor as razões para a aprovação do presente Projeto de Lei, entende o autor que a prática de uma folga anual é prática comum em muitas empresas e em alguns setores do poder judiciário, exemplificando, a existente em alguns tribunais regionais. Considera este benefício como forma de motivar o servidor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	24

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1039 / 2008 (VETO)
Fls, nº 24 — fab

O Projeto foi analisado e aprovado por esta Câmara com um substitutivo do próprio autor com a finalidade de aprimorar a proposta inicial melhorando a sua redação e adequando-o, de maneira a alcançar todos os servidores do Poder Legislativo, Executivo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O Projeto de Lei 1039/2008 sofreu **veto total** do Governador do Distrito Federal.

Ao expor as razões do veto, o Governador do Distrito Federal destaca os louváveis propósitos do autor, porém, no exame feito, verificou a existência de vícios de inconstitucionalidade formal, uma vez que a matéria nele versada insere-se dentre aquelas cuja iniciativa para deflagrar o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do disposto no art. 71, § 1º, inciso IV e no art. 100, inciso VI, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal..

São Essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do **veto total** oposto ao Projeto de Lei nº 1039, de 2008.

Sala das Sessões, em

2009.

Deputado Rogério Ulysses
Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, o Governo do Distrito Federal expõe que, apesar das louváveis propostas do autor, no exame feito, verificou-se a existência de vício de constitucionalidade formal, uma vez que a matéria nele versada insere-se dentre aquelas cuja iniciativa para deflagrar o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do voto total oposto ao Projeto de Lei nº 1.039, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o projeto de autoria do Deputado Wilson Lima assegura um direito ao servidor. Assegura um direito que já é concedido em várias empresas, em vários estabelecimentos privados: o direito de que o servidor, no dia do seu aniversário, possa usufruir desse dia com a sua família.

Portanto, Sr. Presidente, nós vimos como o Governador do Distrito Federal tem um processo de repúdio muito grande aos servidores públicos e ao Estado. O Governador do Distrito Federal trabalha com a lógica do Estado Mínimo. Por isso estabeleceu um projeto nesta Câmara para não conceder reajustes salariais, não obstante o DF não ter vivenciado a crise que abalou todo o mundo.

Por isso, Sr. Presidente, nós gostaríamos de dizer ao Deputado Wilson Lima que esta é uma forma de realmente valorizar o servidor e de mostrar a importância que ele tem para o desenvolvimento do Estado. Nós precisamos de um Estado que possa servir na perspectiva de eliminarmos as desigualdades sociais. Precisamos de servidores públicos valorizados e bem remunerados.

E aí se argumenta o vício de iniciativa. Se há um vício de iniciativa, por que não se compromete o Governador do Distrito Federal a encaminhar um projeto para esta Casa, de iniciativa do Poder Executivo, para tirar essa imagem que está sendo construída no imaginário do conjunto dos servidores públicos desta cidade, a imagem de que o Governador do Distrito Federal quer eliminar o Estado?

Agora, com todas as iniciativas sendo tomadas para que se privatize, inclusive, a Farmácia Central do Distrito Federal, fico pensando que sobrará muito pouco Estado na égide neoliberal, que assolou este País durante 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Se tivesse continuado, nós também estaríamos mergulhados na crise. Foram o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Petrobrás que fizeram com que o País não sofresse com a crise como sofreram outras nações de todo o mundo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	26

Eu diria que este voto carrega o viés de rechaço ao servidor público, de afirmação de que o mercado tem uma autonomia, uma racionalidade autônoma. Contudo, o que vemos hoje é que Estados fortes ajudam a desconstruir a desigualdade social e que não há racionalidade autônoma no mercado, mas, sim, uma irracionalidade, que o diga a crise mundial.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, embora eu respeite o sentimento do nobre Colega Deputado Wilson Lima, quero dizer que o servidor público já conta, no Distrito Federal, e não em outras Unidades da Federação, com 5 dias de abono durante o ano, além do feriado do servidor público, que somam 6 dias. Ele escolhe a data do seu abono. Então, pode escolher a data do seu abono no dia do seu aniversário, até porque quem sofre são as crianças, que ficam sem professores, os hospitais, que ficam sem médicos, sem enfermeiros, as repartições públicas, que ficam sem atendentes. É um problema fácil de ser resolvido em uma Unidade da Federação que já concede 5 dias de abono por ano a esse servidor, o que não existe em outras partes. Dessa forma, que ele reserve um dia de abono para o seu aniversário ou, se preferir — porque depende da personalidade —, que ele passe o dia do seu aniversário ouvindo os parabéns e comendo bolo com os seus colegas no trabalho. Muitos preferem assim. Então, eu encaminho pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continue em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____
 PROJETO DE LEI N°(S) 1039/08

Autor: Deputado(a): W. Lúcio Leme Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP	.			X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT	.	X			
	CHICO LEITE – PT	.			X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	.	X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	.			X	
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT	.			X	
	RAAD MASSOUEH – DEM	.			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	-	17	02	05	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP Nº _____ / Fls. °
VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	05	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 2 votos contrários.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 3:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 1.271, de 2004, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “dispõe sobre a criação do programa de creches comunitárias para os filhos de mães trabalhadoras do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	29

PL n° 1271 / 2004 (VETO)
Fls, nº 40

RELATÓRIO DE VETO N° DE

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei n° 1271/2004 que dispõe sobre a criação do Programa de Creches Comunitárias para os filhos das mães trabalhadoras do Distrito Federal.

RELATOR: Deputado Rogério Ulysses

I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem n° 022/2009-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, **após veto total**, ao Projeto de Lei n° 1271/2004, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, versa sobre a criação do Programa de Creches Comunitárias para os filhos das mães trabalhadoras do Distrito Federal.

Ao expor as razões para a aprovação do presente Projeto de Lei, o autor salienta a importância da instalação de creches em locais de grande concentração de empregos para os filhos de mães trabalhadoras que recebam até dois salários mínimos, como uma maneira de levar tranquilidade às famílias das mães que, no seu horário de trabalho, deixam suas filhas e filhos sob o cuidado de pessoas sem as habilidades necessárias para tal fim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	30

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1271 / 2004
Fls, nº 41 (VETO)

O Projeto foi analisado pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Economia, Orçamento e Finanças. A matéria em questão foi aprovada em ambas, sendo que na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi apresentado um substitutivo do próprio autor.

O Projeto de Lei 1271/2004 sofreu **veto total** do Governador do Distrito Federal.

Ao expor as razões do voto, o Governador do Distrito Federal destaca os louváveis propósitos do autor, mas destaca a existência de vícios de constitucionalidade formal, uma vez que a matéria nele versada insere-se dentre aquelas cuja iniciativa para deflagrar o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do disposto no art. 71, § 1º, inciso IV e no art. 100, inciso X, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal..

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do **veto total** apostado ao Projeto de Lei nº 1271, de 2004.

Sala das Sessões, em

2009.

Deputado Rogério Ulysses

Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o relatório.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto de autoria do Deputado Leonardo Prudente diz respeito à criação de creches comunitárias para os filhos das mães trabalhadoras. Todas as mães são trabalhadoras, mesmo que não estejam trabalhando fora de casa. Todas as mães são trabalhadoras, até porque há um mito de que dona de casa não trabalha. Ninguém trabalha mais do que dona de casa; trabalha sem repouso remunerado, sem férias, enfim, cumpre uma série de funções.

Portanto, Sr. Presidente, o Governador argumenta que é uma matéria de competência exclusiva do Poder Executivo na medida em que diz respeito às atribuições de Secretaria de Estado. Eu diria que essa não é uma matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, porque não é uma matéria de competência de secretarias. Essa é uma matéria de direito: direito das nossas crianças de terem creches gratuitas; direito das mães, das mulheres, dos pais de saberem que os seus meninos e meninas estão em um local seguro e que está em curso o que já apontam todas as pesquisas: criança que frequenta creche tem escolaridade superior, tem um nível de desenvolvimento cognitivo superior.

Nós não podemos mais permitir que aconteça de os filhos ficarem trancados em casa, muitas vezes, ou de o filho de 12 ou 13 anos olhar o menino de 2, 3 anos para que as mães possam assegurar a sobrevivência do seu lar. É um direito das crianças, é um direito das mulheres que tenhamos creches no Distrito Federal. Existem 8 leis aqui no Distrito Federal, inclusive a Lei Orgânica, que asseguram que toda criança terá direito à creche. E nós não temos creches no Distrito Federal. Quantas vezes não vimos pessoas tomarem conta de tantas crianças, recebendo 10, 20 reais, às vezes, adolescentes olhando os filhos do vizinho, exercendo o trabalho infantil?

Por isso, Sr. Presidente, nós não achamos que há que se manter o veto do Governador. O Governador deveria se curvar à lei do Deputado Leonardo Prudente, que assegura o direito de haver creches, e construir creches nesta cidade. Até porque a parte do Orçamento destinada a creches, para este ano, praticamente, não saiu do papel.

É um direito das nossas crianças. É um direito das mães e dos pais. É um direito da democracia. É um direito humano.

Por isso, somos pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discussão. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas eu digo que entendo a relevância do projeto, até porque é de minha autoria, mas também eu me rendo aos argumentos, Deputada Eurides Brito, da Procuradoria do Distrito Federal no sentido de que o projeto...

Eu negociei, com o Sr. Governador, para que S.Exa. o encaminhe, em função do vício de origem.

Portanto, mesmo sendo o autor do projeto, estou de acordo com a manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Deputado Leonardo Prudente, mais uma vez, V.Exa. surpreende-me pela sua lucidez. Exatamente essa é a tese.

Em momento algum, a Procuradoria...

Aqui se gosta de dizer: “o Governador, o Governador, o Governador...”, para ver se se apequena, ou se amesquinha a figura do Governador. Mas o Governador não veta. O Governador se submete ao Jurídico, às leis. Um Governador que não se submeta às leis deve sofrer *impeachment*. O nosso Governador se submete às leis. A Procuradoria Jurídica, à luz da Lei Orgânica e principalmente à luz da Constituição, - eu quero dizer ao nosso querido público - respeita a divisão dos Poderes. Em que nós, Deputados, podemos ter a iniciativa? Em que nós, Deputados, não podemos ter iniciativa?

Mas a ideia é boa e eu sugiro ao Deputado Leonardo Prudente que vá adiante, que não só negocie, pois é muito boa a vinda do projeto, mas também encaminhe a esta Casa sua indicação com a minuta do projeto.

Quando nós aprovamos o Ensino Fundamental de nove anos no Distrito Federal, antes de o Governo federal fazê-lo, o projeto nasceu de uma indicação de minha autoria nesta Casa, e eu anexei um anteprojeto. O Governo encampou a ideia do anteprojeto e o mandou a esta Casa sob a forma de um projeto.

Portanto, eu sugiro a V.Exa. que faça o mesmo, para que nós derrubemos, então, o voto por vício de iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	33

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____
 PROJETO DE LEI N°(S) 1271/04

Autor: Deputado(a): Leonardo Prudente Executivo
 Relator: Deputado(a): Fábio Vilela

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP				X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	.			X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			X
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUEH – DEM	.			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			X
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	14	05		05	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP Nº _____ / _____ Fls. ° _____
VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO X
VOTOS "NÃO"	05	VETO REJEITADO
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	05	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei pela derrubada do voto do Governador porque considero que é uma obrigação do Estado oferecer creches para que a população possa trabalhar tranquila, deixando seus filhos nesses locais. Isso é obrigação do Estado.

Infelizmente, uma cidade como a Ceilândia tem apenas uma creche. Penso que o Estado deveria investir muito mais nisto: educação, saúde e segurança e em proporcionar às famílias, que trabalham e que conseguem, com tanto suor, o sustento, - principalmente às famílias humildes do Distrito Federal -, a condição de deixar seus filhos num lugar seguro, em que recebam uma boa alimentação.

Por isso, penso que esse é um bom projeto e acredito que o Governo deveria mais do que, simplesmente, investir em obras e em outras coisas, deveria investir no ser humano. Esse projeto passa por isso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas desejo dizer que tenho concordância com o argumento de que governador que não cumpre a lei deveria sofrer *impeachment*, porque existem oito leis - seja a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ou a Lei Orgânica - que asseguram o direito das nossas crianças de terem creches.

E, além disso, temos o FUNDEB, que hoje também prevê o financiamento e a manutenção de creches. Portanto, o governador que não respeita a lei, principalmente, quando ela diz que crianças e adolescentes são prioridades absolutas, inclusive no Orçamento, o governador que gasta o que gasta com publicidade - são mais de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) em poucos meses - e não constrói uma única creche, realmente está ao arrepio da lei. Este Governador, com certeza, conforme alguém disse, neste plenário, e eu repito que, está contra a lei deveria sofrer *impeachment*.

Portanto, são oito leis - para além da prioridade absoluta assegurada, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal, para crianças e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	36

adolescentes - que estão sendo, todos os dias, descumpridas pelo Governador José Roberto Arruda.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma correção. A Deputada Erika Kokay é extremamente inteligente e todos nós reconhecemos isso, mas passaram a ela um dado que não é verdade: somente 9 unidades da Federação recebem recursos do FUNDEB. Aliás, o FUNDEB existe, em todas, com esse nome. Agora, recursos adicionais do MEC, para o FUNDEB, só 9 unidades da Federação recebem e, entre elas, não está o Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somente para lembrar aos Srs. Parlamentares que o prazo de emendas à LDO termina agora, nesta quinta-feira, e foi definido que são 3 emendas por Parlamentares.

Por isso, eu gostaria que V.Exa. lembrasse aos Parlamentares desta Casa para que não deixem tudo para em cima da hora.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Perfeitamente, Deputado Cristiano Araújo.

Esta Presidência reforça que, até as 18 horas de quinta-feira, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está recebendo as emendas à LDO, no limite de até 3 emendas por Parlamentar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que pudéssemos apreciar aqui a elaboração de uma moção pedindo que o Governador do Distrito Federal cumprisse a lei e construisse creches de qualidade para a população.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que fosse incluída, como item extrapauta, uma moção desta Casa na linha do que diz o projeto de V.Exa., para que tivéssemos creches comunitárias. Porque ainda que não tenhamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	37

FUNDEB, nós temos o maior orçamento *per capita* de educação de todo o País. O maior orçamento *per capita*!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu acato a solicitação de V.Exa. e incluo a matéria na Ordem do Dia.

Item nº 4:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 995, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede e/ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal, assim como às pessoas físicas com residência aqui estabelecida a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros Estados para esta Unidade da Federação ou efetuar o plantio de 02 árvores a cada 500 (quinhetas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 05 (cinco anos)”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Raad Massouh está de licença médica, como aqui já foi anunciado.

O Deputado solicitou que não apreciássemos o voto antes de discuti-lo com S.Exa., autor do projeto. Nesse sentido – como temos também uma solicitação do Deputado Cabo Patrício –, nós solicitamos a V.Exa. que não apreciássemos esses 2 itens, em função da relevância que trazem e em função da situação do Deputado Raad Massouh.

Com relação ao item nº 6, que trata de projeto de concessão de utilidade pública, digo a V.Exa. que temos de resgatar o poder desta Casa, que é um poder constitucional, de fazermos a discussão sobre utilidade pública. Portanto, nós do PT – apenas para anunciar o item nº 6, projeto de autoria do Deputado Brunelli – votaremos pela derrubada do voto, porque esta Casa não pode abrir mão de suas prerrogativas legais em prol do Executivo, porque senão perde a sua existência.

Sr. Presidente, apenas peço que apreciemos em outra ocasião o item nº 4, de autoria do Deputado Raad Massouh, e o Item nº 5, do Deputado Cabo Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Indefiro o pedido de V.Exa., até porque a lei é feita para todos.

V.Exa. foi contra deixar de votarmos o meu projeto – inclusive eu gostaria de discuti-lo um pouco mais. Não tive essa oportunidade porque V.Exa. entendeu que não se poderia deixar de apreciar nenhum voto.

Portanto, indefiro o pedido de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	38

Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	39

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 995 / 08
Fls. n.º 26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO N° , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 995/08, que torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal e às pessoas físicas com residência aqui estabelecida a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros Estados para esta Unidade da Federação ou efetuar o plantio de 2 (duas) árvores a cada 500 (quinhentas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 5 (cinco) anos.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 30/2009-GAG, o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 995, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	40

O Projeto repete, em seu artigo 1º, a conteúdo de sua ementa, seu parágrafo primeiro determina a competência de órgãos ambientais do Distrito Federal para determinar as características das árvores e das áreas em que serão plantadas; o segundo parágrafo indica a obrigatoriedade de manutenção, pelas pessoas jurídicas, de bancos de dados sobre os veículos; o parágrafo terceiro define penalidades; o artigo 2º estabelece restrições ao transporte de veículos de cargas oriundos de outras unidades da federação; o artigo 3º define prazo para que as pessoas jurídicas realizem a transferência do licenciamento dos veículos; seguem-se cláusula de vigência e de revogação genérica.

Na justificação, o autor aduz, em apertada síntese, a necessidade de que os proprietários de veículos os licenciem no Distrito Federal, para que haja justa compensação aos cofres públicos em relação ao local em que a atividade comercial é exercida. Se assim não o fizerem, devem realizar o plantio de árvores para diminuir as consequências do efeito estufa causado notoriamente pela emissão de gases pelos referidos veículos (fls. 2).

Nesta Casa, o projeto recebeu pareceres favoráveis em plenário da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 7), da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (fls. 10) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 12).

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade.

Quanto à inconstitucionalidade, o Governador do Distrito Federal apontou a invasão de competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	41

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o voto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES

Presidente

DEPUTADO CHICO LÈITE

Relator





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. tem razão. Fiz a solicitação respeitando o pedido do Deputado Raad Massouh, na medida em que S.Exa., independentemente da sua vontade, por motivos de doença, não tem como estar aqui, e não houve a discussão dos vetos. Acho que deveríamos sempre ter discussão antes de fazermos a apreciação em plenário. Até porque não escutei o Deputado Raad Massouh, pois não tive esta oportunidade, mas gostaria de tê-la. Eu gostaria de escutar o Deputado Raad Massouh antes de apreciar o voto ao seu projeto. Eu gostaria de escutá-lo para ver se há elementos e argumentos que possam me convencer da necessidade de derrubar esse voto, mas não tive essa oportunidade.

Portanto, Sr. Presidente, nós achamos que o projeto é extremamente meritório, mas que realmente tem um vício formal de constitucionalidade, porque diz respeito a uma matéria de competência privativa da União.

O projeto argumenta sobre matérias relativas ao trânsito – que é de competência da União – porque, em verdade, diz que as pessoas que fizerem a transferência de licenciamento de outros estados para o Distrito Federal terão que ter uma contrapartida com a plantação de árvores. Portanto, há uma contrapartida que significa o plantio de 2 árvores a cada 500 cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 5 anos.

Ora, o projeto é meritório porque parte do pressuposto de que se formos aumentar o volume de carros no Distrito Federal, aumentaremos a poluição do ar, e, em função disso, é preciso que haja uma contrapartida, que seria o plantio de árvores. É um projeto que tem mérito; mas não tem como, até porque não escutei o Deputado Raad Massouh – não tive essa oportunidade –, votarmos pela derrubada do voto. Nós estamos votando pela sua manutenção porque, como não pude ser convencida do contrário, o projeto sofre realmente e nitidamente de um vício de iniciativa.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu peço desculpas ao Deputado Raad Massouh por não ter tido a oportunidade – que fugiu à minha vontade – de escutá-lo, mas votaremos pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, encaminho pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação por processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr, Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____
 PROJETO DE LEI N°(S) 955/08

Autor: Deputado(a): Raad Massouh Executivo
Relator: Deputado(a): Lojano Alves

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB			X		
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT			X		
	RAAD MASSOUH – DEM			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16	1			X

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP	Nº	/	Fls.º
VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X		
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO			
ABSTENÇÃO					
AUSÊNCIAS	07				



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 01 voto contrário. Houve 07 ausências.

Total de votantes: 17.

Está mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me solidarizar com o nobre Deputado Dr. Charles e dizer aos Parlamentares que uma notícia como aquela que foi divulgada, ventilada nos órgãos de imprensa, causa um estrago muito grande. Eu quero me solidarizar, pois, sem provas, publicaram uma notícia como aquela sobre S.Exa. Até que se prove o contrário, o estrago foi feito. Nós sabemos da pessoa que é o Deputado Dr. Charles e sabemos também que S.Exa. não tem nada a ver com o que foi publicado. Acreditamos em sua palavra.

Deputado Dr. Charles, pode estar certo de que, aqui nesta Casa, V.Exa. tem amigos, que nós estamos prontos para defendê-lo, que estamos do seu lado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Geraldo Naves. Faço minhas as palavras de V.Exa.

Item nº 5:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 1.036, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre a utilização do Complexo Esportivo Comunitário do Gama – Bezerrão”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Chico Leite, concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	46

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 1036 /08
Fls. n.º 27

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO N° , DE 2009

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto
ao Projeto de Lei nº 1036/08, que
dispõe sobre a utilização do
Complexo Esportivo Comunitário do
Gama – Bezerrão.**

Projeto Ulysses

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 29/2009-GAG, o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 1.036, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício.

O Projeto repete, em seu artigo 1º, a conteúdo de sua ementa; o artigo 2º define o Complexo Esportivo Comunitário do Gama – Bezerrão; o artigo 3º define a preferência à Sociedade Esportiva do Gama – SEG para utilização do local; o artigo 4º delinea os princípios para utilização do Complexo Esportivo Comunitário do Gama; o artigo 5º define os princípios de gestão do referido Complexo; o artigo 6º determina a destinação dos recursos auferidos com a utilização ao próprio Complexo; seguem-se cláusula de vigência e de revogação genérica.

Na justificação, o autor aduz, em apertada síntese, que o investimento público na construção de um complexo esportivo deve visar não apenas o retorno financeiro, mas a utilização democrática, criando espaços de lazer e cultura para a comunidade local (fls. 4).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	47

Nesta Casa, o projeto recebeu pareceres favoráveis em plenário da Comissão de Assuntos Fundiários (fls. 7), da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 9) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 11).

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade.

Quanto à inconstitucionalidade, o Governador do Distrito Federal apontou a invasão de sua iniciativa para tratar de matéria tipicamente administrativa, afrontando assim o artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o voto em causa.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____

PROJETO DE LEI N°(S) 1036/103

Autor: Deputado(a): Patrícia Patrus Executivo

Relator: Deputado(a): Roney Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP				X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM			X		
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB			X		
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT			X		
	RAAD MASSOUEH – DEM			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	15	3		6	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	(Signature)	ASSP Nº _____ / Fls. °
------	-----------------	-------------	------------------------------

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	03	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 3 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me solidarizar com o Deputado Dr. Charles. Faço minhas as palavras do nobre Deputado Geraldo Naves em defesa do Deputado Dr. Charles, pois o Deputado Dr. Charles é um cidadão de bem. Uma notícia como aquela é realmente muito ruim para a vida parlamentar. Eu acredito na idoneidade do Deputado Dr. Charles.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência também endossa as palavras de V.Exa.

Item nº 6:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 1.876, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Fundação Polo Ecológico de Brasília – ASSPOLO e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório ao voto total ao Projeto de Lei nº 1.876, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Fundação Polo Ecológico de Brasília – ASSPOLO”

O Chefe do Poder Executivo optou por vetar o projeto, alegando a sua inconstitucionalidade e argumentando que o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo local.

São esses os motivos, Sr. Presidente.

É o relatório.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	51

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu encaminho a bancada pela derrubada do voto, uma vez que esta tem sido uma ação frequentemente utilizada nesta Casa com amparo na nossa legislação: a concessão de utilidade pública a associações. Então, encaminho pela derrubada do voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Governador diz que há vício de iniciativa e que o projeto interfere na harmonia e independência entre os Poderes do Distrito Federal. S.Exa. diz que é competência privativa do Governador. Há uma incoerência, pois temos aqui as Leis nºs: 3.423, de 2004 – na época, não era este o governador –; e 3.541, de 2005. Mas temos também, neste Governo, as Leis nºs: 4.128, de 2008; 4.030, de 2008; 4.305, de 2009, e 4.145, de 2008. Todas elas foram sancionadas pelo Governador do Distrito Federal e todas dizem respeito ao mesmo assunto ou à mesma prerrogativa.

Por isso, como orientação, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela derrubada do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	52

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

TO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

OBJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
OBJETO DE LEI Nº(S) 1876/05

Autor: Deputado(a): Brunelli Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X			
	BENEDITO DOMINGOS – PP				X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES – DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ – PSDB				X	
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		19		5	

<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>	ASSP	SECRETÁRIO DEP.	PL N° <u>1876/05</u>
				Fls.º <u>36/05</u>

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO
VOTOS "NÃO"	19	VETO REJEITADO X
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	05	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários e 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 855, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “assegura, às pessoas acometidas de transtorno mental, gratuidade nos serviços públicos de transporte coletivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Dr. Charles, concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	54

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 855 / 2008
Fls. n.º 27 / 2008

RELATÓRIO N° /2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 855/08, que assegura, às pessoas acometidas de transtorno mental, gratuidade nos serviços públicos de transporte coletivo do Distrito Federal e dá outras providências.

Relator: Deputado *ROGÉRIO ULYSSE*
CHARLES

Por intermédio da Mensagem nº 47/2009-GAG, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa os motivos do voto total ao Projeto de Lei nº 855/2009.

A proposição em exame, de autoria da Deputada Erika Kokay, versa sobre a gratuidade em todas e quaisquer modalidade ou categorias de serviço público de transporte coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, às pessoas acometidas de transtorno mental. Nos termos do projeto, o benefício se dará por meio de laudo emitido por profissional habilitado.

A proposta determina que à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda organize o cadastro das pessoas que terão direito ao benefício, assim como à Secretaria de Estado de Transporte para emissão do cartão especial necessário para que o beneficiário tenha acesso aos serviços de transporte.

Examinado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu pareceres favoráveis à matéria, sem emendas, posição essa também acompanhada pelo Plenário da Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	55

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade.

Em suas razões de veto, o Governador afirma que a proposição está contaminada por vício de iniciativa, o que resulta em impedimento constitucional intransponível.

Como fundamento, cita os artigos 71, § 1º, IV e 100, VI, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal. O primeiro classifica como iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da administração pública, enquanto o segundo trata da iniciativa do processo legislativo.

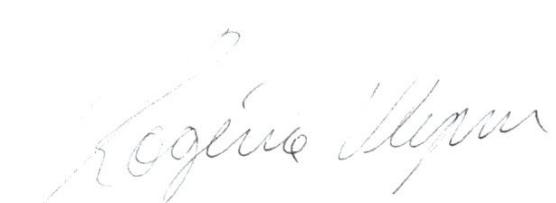
São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões,



Deputado Dr. CHARLES

RELATOR





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	56

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto diz respeito a uma demanda da população acometida de transtorno mental. Nós não estamos falando de deficiência, estamos falando de transtorno mental ou sofrimento psíquico intenso. Essas pessoas, por muito tempo, conseguiram o passe livre. Hoje, são detentoras do passe livre porque são enquadradas como pessoas com deficiência mental. Mas não são. São pessoas com transtorno e sofrimento psíquico intenso. Elas têm uma frase que diz: “É um passe livre para a dignidade”.

Há algum tempo neste País as pessoas com transtornos mentais eram internadas em manicômios, desprovidas da sua condição humana, submetidas a choques elétricos ou a camisas de força químicas e não eram consideradas sujeitos. Este País teve que fazer muita gente sofrer para chegar à conclusão de que essas pessoas tinham direitos, como seres humanos que são.

Essas pessoas têm direito a uma vida em comunidade, até porque são pessoas que têm problemas e cisões na sua identidade e nada melhor do que as relações comunitárias e familiares para que possam recompor as suas próprias identidades. Essas pessoas conseguiram ter uma vida comunitária porque gozavam do passe livre para ir ao atendimento da saúde, frequentar oficinas terapêuticas, participar de atividades produtivas. Há pessoas como essas que contam os dias que não precisam mais ser internadas no Hospital São Vicente, antigo HPAP. Algumas pessoas dizem: “Há mais de 4 anos eu não sofro mais nenhum tipo de internação”. Mas, de forma absolutamente abrupta, elas perderam o direito do passe livre porque eram enquadradas como pessoas com deficiência e, em verdade, são pessoas com transtorno. Para o Estado fica muito mais barato que elas tenham o passe livre do que sofram uma internação. É importante que elas possam frequentar suas oficinas, ir ao atendimento médico, para que possam se sentir pertencentes a esta cidade.

Nós temos um projeto recente do Deputado Benício Tavares que inclui pessoas acometidas de transtorno nessa condição do passe livre. Mas ainda não tive acesso à portaria. Por isso, Sr. Presidente, se realmente há portaria e essas pessoas têm regularizadas a sua situação e a sua liberdade de ir e vir, de ter uma existência plena de dignidade humana, nós não temos nenhum problema em manter o veto. Nós não queremos manter ou derrubar o veto por si só, nós queremos apenas assegurar o direito. V.Exa. teve a oportunidade de conhecer um grupo na Associação dos Amigos do São Vicente e sabe exatamente do que estamos falando. Por isso, se há portaria, se o direito está assegurado, não há nenhum problema em mantermos o veto. Se não há, eu gostaria que derrubássemos o veto para que pudéssemos discutir melhor a fim de que essas pessoas acometidas de transtorno possam ter de volta a sua liberdade e a sua dignidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu queria dizer à Deputada Erika Kokay que, com muita convicção, nós fizemos essa proposta e colocamos de maneira clara na Lei nº 4.317, de 2009, que diz:

“Art. 5º Para fins de aplicação desta Lei, devem-se considerar as seguintes categorias de deficiência:

IV – deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação no período de desenvolvimento cognitivo antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;
- h) trabalho;

VII – condutas típicas: comportamento psicossocial, com características específicas ou combinadas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, que causam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atenção e cuidados específicos em qualquer fase da vida.”

Então, no nosso entender, os transtornos mentais estariam plenamente atendidos pela regulamentação da Portaria nº 48, de 20 de maio de 2009, que trata da referida lei, que eu passo à Deputada Erika Kokay para que S.Exa. possa analisar o assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	58

V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, já existe sobre a matéria a Lei nº 4.317, de 09 de abril de 2009, regulamentada pela Portaria nº 48, de 20 de maio de 2009, que abrange também, entre os beneficiados, as pessoas com deficiência mental, com todos os tipos de deficiência por sinal, com todas as necessidades especiais.

Então, já existe lei e já existe portaria. Por essa razão, encaminho pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	59



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____
 PROJETO DE LEI N°(S) 355/03

Autor: Deputado(a): Italo Kokay Executivo
Relator: Deputado(a): Roney Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM			X		
	CABO PATRÍCIO – PT			X		
	CHICO LEITE – PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB			X		
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JACQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUSH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	18			6	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP	Nº
			/
			Fls.º
VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar e agradecer a presença dos oficineiros de São Sebastião que hoje estão nesta Casa com um pleito justo. Trata-se da questão do Setor de Oficinas do Bairro Mangueiral. Para mim, que sou morador daquela cidade, é uma alegria recebê-los nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência também se alegra com a presença dos amigos de São Sebastião.

Item nº 8:

Apreciação do voto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Esta Presidência informa a todos os Parlamentares que esta matéria se transformou na Lei Complementar nº 803, de 2009, no entanto, 58 dispositivos receberam vetos parciais.

Solicito ao Deputado Rogério Ulysses que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre os vetos parciais. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência informa que o relatório do voto trata de todos os artigos que foram vetados. O Deputado Rogério Ulysses poderá fazer a leitura do relatório de uma única vez e procedermos à votação item por item; ou poderá fazer a leitura apenas do item pertinente àquele inciso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Regimento Interno fosse seguido e nós pudéssemos apreciar o relatório, discutirmos e, em seguida, procedermos à votação item por item, já que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	61

acordo que fizemos não foi cumprido de discutirmos sobre a possibilidade de um consenso. Portanto, Sr. Presidente, infelizmente, solicito que se siga o Regimento Interno, ou seja, item por item.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, vou seguir o Regimento. Apenas quero discordar de V.Exa. quanto ao descumprimento do acordo. Todas as vezes que houver alguma necessidade de modificação de qualquer acordo, este Plenário, especialmente o Colégio de Líderes, é soberano para deliberar sobre tal.

Portanto, solicito ao Deputado Rogério Ulysses que faça a leitura do relatório, na íntegra. Posteriormente, faremos a votação de item por item.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha questão consiste no acordo que há no Colégio de Líderes. Hoje estamos aqui para agilizar o processo legislativo, principalmente no que concerne à pauta de votação. Portanto, eu gostaria de encaminhar ao Colégio de Líderes a solicitação de que pudéssemos ir direto ao voto; lido, direto ao voto; o que significa economizar tempo, uma vez que existem várias pessoas aqui aguardando.

É um absurdo! É um desrespeito, no mínimo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Brunelli, esta Presidência informa que é regimental a leitura do relatório na íntegra, apenas o Colégio de Líderes poderá dispensar a leitura repetida do relatório. Uma vez feita a leitura de todo o relatório pelo Deputado Rogério Ulysses – são algumas laudas –, depois, como não haveria necessidade de repetir a leitura, poderíamos apreciar item por item, se não houver acordo.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, vou insistir, vou fazer um apelo à Deputada Erika Kokay, um apelo à consciência de luta que S.Exa. tem nesta cidade, à questão humana que S.Exa. tem: Deputada Erika Kokay, as pessoas nas galerias estão esperando. Nós precisamos dar agilidade. Então, vou pedir, fazer um apelo em nome dessas pessoas, em nome dos Deputados, para darmos celeridade. Peço à consciência que S.Exa. sempre teve ao trabalho. E V.Exa. sabe que isso só vai redundar no alastramento do nosso tempo, não digo perda de tempo porque faz parte do rito.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	62

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fico sensibilizada com o apelo do Deputado Brunelli e faço esse apelo ao Colégio de Líderes.

É muito mais rápido se pudéssemos suspender essa sessão por vinte minutos e votar em bloco o que houver consenso, e há vários itens já acordados. Mas não posso concordar que façamos uma discussão em plenário, que acompanhemos a sessão ordinária, que possamos apreciar qualquer coisa nesta Casa – particularmente os vetos ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que têm uma importância imensa para a cidade – sem discutirmos, Deputado Brunelli.

Se essa discussão fosse feita em uma reunião entre a Oposição e o Governo, não haveria problema acelerarmos em plenário, mas V.Exa. mesmo propôs, no início da sessão, que fizéssemos a discussão em plenário. Então, agora, não há como cassar o direito de fazermos a discussão em plenário. Temos que fazer a discussão em plenário.

Se houver uma discussão que seja interna, nós temos toda a condição de, em plenário, acelerar, mas vou dizer: são mais de 50 vetos, e nós temos disposição de apreciá-los todos hoje, se for o caso. Mas não sem discussão. Que, pelo menos no plenário, tenhamos a oportunidade de discutir. Senão, esta Casa vai ser o quê? Vai ser uma Casa em que não há discussão das divergências, do contraponto, discussão de ideias, mas que faz apenas o que a bancada do governo decide e empurra para esta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, vou fazer mais uma vez o apelo para fazermos uma suspensão de 20 minutos, no máximo, e voltarmos aqui para apreciarmos o processo em bloco. Caso contrário, não há condição.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero relatar a deferência que a Sra. Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, concedeu-me, na condição de discussão desses vetos, para que eu estivesse na Liderança, uma vez que os acompanhei durante alguns momentos e, na ocasião, S.Exa. estava viajando. Então, queria fazer esse informe.

Em segundo lugar, eu queria dizer que nós, eu e o Deputado Rôney Nemer, discutimos com a Deputada Erika Kokay, 12 vetos, há pouco. Houve uma concordância de S.Exa. para acatar isso. O Colégio de Líderes já deliberou sobre essa questão. Então, eu queria pedir a V.Exa. que começemos a votação, até em respeito às pessoas que estão na galeria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	63

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Antes de conceder a palavra a V.Exa., quero dizer que a questão de ordem feita pela Deputada Erika Kokay é regimental, ou seja, há necessidade da leitura do relatório e, também, se não houver consenso, da votação ponto a ponto.

Portanto, vou fazer esse encaminhamento para que o Deputado Rogério Ulysses faça a leitura, na íntegra, do relatório, e, no decorrer da leitura, que os Líderes possam discutir com a Deputada Erika Kokay essa questão do encaminhamento, Deputado Geraldo Naves, para que não percamos mais tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente. Eu só gostaria de dizer aqui, para a Presidência e para a galeria, que é típico da Deputada Erika Kokay fazer este tipo de coisa: atrasar, enrolar. Quando não quer, S.Exa. faz isso. Mas esse povo que está aí, a exemplo do que aconteceu na votação do PDOT, vai ficar até as 4 horas, porque os Deputados que têm compromisso com eles vão honrar o compromisso e vão ficar aqui até 4 horas, para discutir, pedir voto por voto, item por item. Amanhã nós estaremos aqui de novo, hoje estamos aqui e vamos continuar. Então, isso aí não vai.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	64

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
FLC nº 46 / 2007
Fls, nº 4129 de Lei
RELATÓRIO DE VETO N°

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2007 que APROVA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL - PDOT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Rogério Ulysses

I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 0092/2009-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, **opôs VETO PARCIAL**, ao Projeto de Lei Complementar nº 46/2007, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Projeto de Lei em questão, de autoria do Poder Executivo, versa sobre a aprovação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.

Examinado por esta Casa, o Projeto foi aprovado com várias emendas.

O veto governamental incidiu sobre: o inciso II do art. 13; inciso IV do art. 38; §6º do art.40; §3º do art. 42; inciso III do art. 43; inciso X do art. 49; inciso V do art. 53; §1º e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	65

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PLC nº 46, 2007
Fls. nº 4130

§2º do art. 56; inciso XIV do §1º do art. 74; §2º do art. 74; inciso IV do art. 75; §2º do art. 81; §3º do art. 84; §3º do art. 109; §3º do art. 113; inciso VI do art. 119; artigo 120; artigo 121; artigo 133; inciso XXXIII do art. 135; inciso XXXXIV (grafia equivocada na redação final do PLC original da Câmara Legislativa do DF) do art. 135; inciso XXXV do art. 135; inciso XXXVII do art. 135; alínea x do inciso III e ao §5º do art. 148; inciso V do art. 219; inciso XIII do art. 219; parágrafo único de art. 250; §5º do art. 259; inciso III do art. 280; art. 284; art. 285; art. 286; art. 290; art. 291; art. 292; art. 293; art. 294; art. 295; art. 306; art. 298; art. 300; art. 301; art. 303; art. 307; art. 308; art. 309; art. 310; art. 311; art. 312; parágrafo único de art. 315; art. 314; art. 316; art. 318; art. 319 e art. 327.

Em sua exposição de motivos dos vetos em tela, o Governador argumenta o que segue:

O conceito de parque ecológico indicado no **inciso II do art. 13** deverá ser tratado no âmbito do Sistema Distrital de Unidades de Conservação. Sendo assim, esse voto visa a evitar conflitos futuros com a legislação específica.

O voto ao **inciso IV do art. 38** deve-se ao processo de revisão da lei de parcelamento urbano, em âmbito federal, que supõe a reformulação dos parâmetros básicos de ocupação do solo urbano, com a eliminação da exigência de definição de área máxima de lote, exceto no caso de condomínios urbanísticos (Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3057/2000, e aos apensos: PL 5894/01, PL 2454/03, PL 20/07, PL 31/07, PL 846/07 e PL 1092/07 que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências).

O voto ao **§6º do art. 40**, deve-se pela redundância de sua abordagem, já que a aprovação de novos parcelamentos segue um rito que abarca a análise urbanística e ambiental, quando serão avaliados tais condicionantes em função da proposta de urbanização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	66

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46, 2007
Fls. nº 4131. *[Signature]*

Quanto ao veto ao §3º do art. 42, convém esclarecer que as edificações preexistentes regulares foram licenciadas com base em coeficientes de aproveitamento estabelecidos nas normas de uso e ocupação do solo em vigor à época de sua aprovação. Desta forma, não há qualquer razão para uma reavaliação acerca do processo da edificação, conforme disposto no citado parágrafo, o que geraria, inclusive, um volume de trabalho dispendioso e desnecessário, pelo que o mesmo não deve ser mantido. Já as edificações preexistentes irregulares, serão submetidas ao devido licenciamento edilício, conforme previsto na legislação específica.

O inciso III do art. 43 veio definir uma área máxima de lote que não considerou a característica de todas as zonas para a qual se aplicaria este parâmetro, uma vez que foi constatada a existência de unidades imobiliárias que apresentam metragem superior à estabelecida no citado inciso. Nesse sentido, propugnou pelo veto ao regramento em análise.

A redação do inciso X do art. 49 poderá inviabilizar o desenvolvimento de projetos governamentais em algumas regiões do DF, ao remeter o percentual de habitação de interesse social à gleba e, não, à área urbanizável ou ao percentual de lotes. A garantia da destinação de habitação de interesse social nos projetos urbanos governamentais será disciplinada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

A imprecisão da localização do aeródromo citado no inciso V do artigo 53 impede uma avaliação prévia do governo quanto à viabilidade do referido equipamento na região em que se propõe, uma vez que há, no Plano Diretor, a indicação de áreas, na porção sul do território, para articulação institucional com vistas à proteção de espaços que mantêm remanescentes de cerrado, nos termos do §2º do art. 146 do PDOT.

Os §1º e §2º do art. 56 definem um conteúdo para a tabela de usos e atividades urbanas e rurais que não se coaduna com o objetivo para o qual é utilizada. Trata-se de um elemento de referência para elaboração de definições no âmbito da legislação urbana e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	67

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46, 2007
Fls, nº 4/32

rural, não se constituindo no próprio instrumento que definirá os usos e atividades permitidas.

Por meio do **inciso XIV do §1º do art. 74** é inserida na Zona Urbana de Expansão e Qualificação área que não apresenta vocação para ocupação urbana. Além disso, a definição deste tipo de ocupação para a região mencionada no dispositivo em análise contraria os princípios adotados pelo Plano Diretor.

Por outro lado, as áreas referenciadas no **§2º do art. 74** encontram-se submetidas à significativa pressão para ocupação urbana, já que existe um grande número de parcelamentos que serão regularizados nas suas imediações. Além disso, será necessária a utilização de parte dessa área para a implementação de equipamentos urbanos e comunitários indispensáveis à regularização dos setores habitacionais vizinhos. Desta forma, a previsão de tais áreas com ocupação urbana vem atender à diretriz do Estatuto da Cidade segundo a qual o planejamento urbano deve corrigir as distorções de crescimento e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O veto ao **inciso VI do art. 75** deve-se a distorções na redação proposta que subordinaria o zoneamento de unidade de conservação de caráter federal à lei distrital. Entendemos que, independente de estar contido no Plano Diretor, o zoneamento da APA do Descoberto inevitavelmente considerará, como diretriz, as situações urbanas preexistentes à criação desta Área de Proteção Ambiental.

A imprecisão da localização da área referida no **§2º do art. 81** impede uma avaliação prévia do governo quanto à viabilidade da proposta uma vez que abre a possibilidade de criação de área com características urbanas em região com aspecto tipicamente rural.

Sobre o veto ao **§3º do art. 84**, esclareceu que o conteúdo do artigo configura presunção de culpa aos concessionários de propriedades rurais onde ocorreu parcelamento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	68

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PLC nº 46 / 2007

Fls, nº 4133 folz

clandestino do solo, ferindo a possibilidade de exercício do direito de defesa pelo concessionário.

O §3º do art. 109 cria diferenciação de parâmetros de uso do solo para unidades imobiliárias com propriedade de mesma natureza, motivando o voto a esse dispositivo.

Os parâmetros apresentados no §3º do art. 113 aportam dupla interpretação relativa aos parâmetros de ocupação do solo no Setor Central do Gama. Por se tratar de área caracterizada pela existência de número considerável de lotes de grandes dimensões, inclusive destinados à Equipamentos Públicos Comunitários, a definição de 100% de ocupação do lotes poderia induzir à interpretação de que mesmo os lotes com coeficiente de aproveitamento inferior a 1 teriam seu potencial construtivo aumentado. Diante desta ambigüidade, propõe-se o presente voto.

Quanto ao voto ao inciso VI do art. 119, art. 120 e art. 121, busca-se a coerência com a Medida Provisória 459/09 que traz procedimentos para aprovação ou regularização de parcelamentos de interesse social, uma vez que o projeto de regularização fundiária deverá incorporar as medidas necessárias para a promoção da sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada, incluindo compensações urbanísticas e ambientais previstas em lei, bem como as condições para promover a segurança da população em situações de risco e medidas previstas para adequação de infra-estrutura básica (art. 55 da Medida Provisória 459/09), além de outros mecanismos específicos para casos que ocupem áreas de interesse ambiental.

No que se refere ao voto ao art. 133, cumpre esclarecer que a seção a que se refere não necessita de regulamentação específica, uma vez que os artigos antecedentes estabelecem o regramento necessário ao processo de regularização. De outra forma, não se deve postergar a aplicação imediata de tais dispositivos, de maneira a possibilitar o devido encaminhamento a uma das questões mais árduas da política de desenvolvimento urbano que é a regularização fundiária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	69

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46, 2009
Fls. nº 4134 *[Signature]*

O inciso XXXIII do art. 135, ao indicar as áreas intersticiais localizadas entre conjuntos residenciais de todas as Regiões Administrativas como locais destinados a atender a demanda habitacional, de maneira imprecisa, não se apresenta factível, tendo em vista aspectos relativos ao desenho urbano, bem como as particularidades das relações da comunidade com esses espaços.

Os setores habitacionais referenciados nos incisos XXXIV (grafia equivocada na redação final do PLC original da Câmara Legislativa do DF), e XXXV a XXXVII do art. 135 já integram a estratégia de regularização fundiária, não sendo necessária sua inclusão, também, na estratégia de oferta de áreas habitacionais. A estratégia de regularização fundiária garante o direito à moradia e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade, por meio de medidas jurídicas urbanísticas, ambientais e sociais que serão promovidas pelo Poder Público, para poderem constituir-se em alternativa habitacional.

Diante das definições contidas no Estatuto da Cidade para o instrumento do urbanizador social, seja na vertente de produção, bem como na regularização de habitação de interesse social, torna-se prescindível a definição de um agente específico na mediação da regularização, orientando o veto à alínea x do inciso III e ao §5º do artigo 148.

A indefinição da natureza da legislação urbanística mencionada no inciso V do art. 219, a ser aprovada pelo CONPLAN, poderá conduzir à sobrecarga das atribuições do Conselho Superior, motivando o seu veto.

Propõe-se o veto ao inciso XIII do artigo 219, uma vez que instalações públicas de pequeno porte serão objeto de regulamentação única, não sendo apresentadas propostas isoladas de implantação de tais elementos que requeiram sua inclusão como parte das atribuições do CONPLAN.

O veto ao parágrafo único do artigo 250 busca coerência com a melhor técnica legislativa e os princípios gerais do Direito. Isto porque prevê prática infratativa por parte de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	70

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46 / 2007
Fls. nº 4135

autoridade distrital sem, no entanto, descrever a sanção correspondente, violando o princípio da legalidade, previsto no artigo 5º, II, combinado com o artigo 5º, XXXIX, ambos da Constituição Federal.

O veto ao **§5º do artigo 259** se impõe em razão da ausência de tipificação da infração no exercício da função pública. A caracterização de falta grave de servidor público pressupõe, por sua natureza específica, a prática de ato no exercício da função pública. A prática de atos no âmbito da vida privada por funcionário público, não autoriza a aplicação de sanção funcional. Ademais, a cominação de pena de demissão viola o princípio da proporcionalidade e da individualização da sanção, na medida em que não permite qualquer graduação punitiva em relação à gravidade do fato cometido. Isso porque as condutas previstas no caput do artigo 259 por sua amplitude tal que contemplam infrações administrativas de menor e maior reprovabilidade, reclamando graduação da sanção de acordo com as circunstâncias de cada caso.

O veto ao **inciso III do artigo 280** deve-se ao fato de que o dispositivo vem permitir a implantação de oito unidades habitacionais em cada módulo rural mínimo, padrão de ocupação semelhante ao Setor de Mansões Park Way, o que descaracteriza a ocupação rural que se pretende garantir para a área.

O **art. 284** foi vetado atendendo ao princípio da legalidade que exige licitação pública nos termos da legislação em vigor.

O **art. 285** veio admitir a regularização das ocupações existentes no Parque Ecológico Ezechias Heringer como parcelamentos rurais com glebas de dois hectares. O veto ao presente artigo deve-se ao fato de que o tema já foi tratado no escopo do Plano Diretor do Guará.

A imprecisão na localização da área mencionada no **art. 286**, derivada da ausência de informações básicas na redação do artigo, motivam seu voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	71

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46 / 2007
Fls. nº 4136

De acordo com o **art. 290** seriam realizados estudos visando a regularização do cercamento de áreas verdes na Macrozona Urbana, exceto das áreas do conjunto urbano tombado. Do ponto de vista técnico, o estudo sobre a possibilidade ou inviabilidade do cercamento de áreas verdes deve abranger todo o Distrito Federal. Excluir as Regiões Administrativas do Plano Piloto e do Sudoeste/Octogonal da análise representaria ignorar situações consolidadas que merecem avaliação, motivando o voto ao artigo.

O memorial descritivo dos perímetros das macrozonas, das zonas, das Áreas de Proteção de Manancial e das Áreas de interesse Ambiental, mencionados no **art. 291**, será concomitantemente publicado com a Lei Complementar ora sancionada, exaurindo-se o prazo concessivo do referido dispositivo vetado.

O voto ao **art. 292** foi proposto por sua redundância, pois o §1º do art. 263 do PDOT garante a permanência das disposições constantes dos Planos Diretores Locais já aprovados, até que a Lei de Uso e Ocupação do Solo seja elaborada.

O voto aos **artigos 293 e 294** justifica-se por serem introduzidas, nestes dispositivos, variáveis relativas a categorias de uso do solo não definidas previamente no PDOT, inviabilizando sua aplicação.

Os **artigos 295 e 306** foram vetados pela diferenciação dada à determinada categoria de servidores da Administração Pública em detrimento das demais, comprometendo o Programa Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal, de interesse público, por afronta aos princípios gerais e constitucionais, especialmente, da legalidade, da isonomia e da razoabilidade.

O **art. 298** foi objeto de voto, uma vez que a exigência de contrapartida apenas financeira pela utilização do coeficiente de aproveitamento acima do básico até o máximo contraria as disposições contidas nos artigos 170 a 173, que definem outros tipos de contrapartida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	72

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46 / 2007
Fls, nº 4137 *[Signature]*

A área objeto do **art. 300** não apresenta indícios de urbanização, motivo pelo qual sua característica como área rural deve ser preservada, motivando o presente voto.

O veto ao **art. 301** deve-se ao fato de que a implantação de um setor de oficinas no setor habitacional Mangueiral contraria as diretrizes urbanísticas e ambientais definidas para a área. Trata-se de um setor eminentemente habitacional, onde os demais usos previstos configuram um complemento à área residencial.

O veto ao **art. 303** deve-se ao fato de que é apresentado um conjunto de definições para uma unidade imobiliária existente, impossibilitando a avaliação de sua pertinência e de sua aplicação.

O veto aos **artigos 307, 308, 309, 310, 311 e 312 e ao parágrafo único do artigo 315** decorre da inadequação das propostas aos critérios estabelecidos no §3º do art. 40 do Plano Diretor para a definição dos coeficientes de aproveitamento.

O **art. 314** altera o coeficiente de aproveitamento máximo de uma área cuja infra-estrutura urbana não foi dimensionada para tal característica, motivando o seu voto.

Foi proposto o voto ao **art. 316**, dado que a área indicada não se encontra regularmente prevista no projeto de parcelamento da cidade.

Os **artigos 318 e 319** foram vetados em decorrência da inadequação da proposta aos critérios estabelecidos no Plano Diretor para a definição dos coeficientes de aproveitamento básico e máximo. A redação apresentada impossibilita a aplicação deste índice construtivo na área do Recanto das Emas, motivando presente voto.

Devido ao uso industrial de alta periculosidade dos lotes existentes no entorno da área mencionada no **art. 327**, não é recomendável a utilização do instrumento que garante a permanência da ocupação na área, motivando o voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	73

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PLC nº 46, 2007
Fis, nº 4138

São esses os elementos que entendemos necessários para a apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 2009.

Deputado Rogério Ulysses
Presidente

Deputado Rogério Ulysses
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	74

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, são esses os elementos que entendemos necessários para a apreciação da matéria, no âmbito desta Câmara Legislativa. Eu gostaria, apenas, de parabenizar e agradecer o empenho dos funcionários da Comissão de Constituição e Justiça, que se dedicaram de forma especial à análise dos vetos e nos ajudaram na confecção do relatório. Esse é o relatório lido, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Deputado Rogério Ulysses procedeu à leitura do relatório referente ao subitem nº 1 do Item nº 8, extensivo a todos os outros subitens.

Solicito aos Líderes que façam o encaminhamento para a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas para encaminhar a votação.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme pré-encaminhamento que tivemos com a Deputada Érika Kokay, estamos buscando a apreciação em bloco do subitem nº1 ao subitem nº 6 e temos o compromisso de votarmos os 12 primeiros subitens.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber do Vice-Líder do Governo como será encaminhada a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Milton Barbosa, S.Exas. estão resolvendo se votaremos subitem a subitem ou se podemos juntar alguns que são da mesma natureza, ou seja, de forma em bloco para mantê-los ou em bloco para derrubá-los.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, o encaminhamento é para apreciação, em bloco, dos subitens de 1 a 5. A indicação da Liderança é pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciação em bloco dos vetos aos subitens de 1 a 5 do Item nº 8, vetos aos seguintes dispositivos do PLC nº 46, de 2007:

1 – art. 13, II;

2 – art. 38, IV;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	75

3 – art. 40, § 6º;

4 – art. 42, § 3º;

5 – art. 43, III.

Passa-se à apreciação dos vetos.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	76



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 16/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Art. 13, II ; Art. 38, IV ; Art. 40, § 6º,
Art. 42, § 3º ; Art. 43, III ;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 46/07 (P007)

PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES - PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - DEM	X				
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PSDB	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	18	1		5	

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	ASSP	Nº	Fis.º
VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X	
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO		
ABSTENÇÃO	-			
AUSÊNCIAS	05			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	77

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, na realidade, quero mudar meu voto de "não" para "sim" e dizer que sou contra todo o PDOT. Eu penso que uma cidade tem que ter um plano diretor de ordenamento territorial, sim, mas que vise à qualidade de vida dos moradores da cidade e não aos interesses da especulação imobiliária do Distrito Federal.

Esse PDOT misturou coisas justas, como as reivindicações das pessoas que estão aqui, com coisas injustas, como o lucro de algumas empreiteiras, criando, por exemplo, setores habitacionais em áreas com nascentes, em áreas de proteção de mananciais, onde há um esgotamento de recursos hídricos do Distrito Federal, onde já há um esgotamento de trânsito, um entroncamento do trânsito desta Cidade. Então, penso que a minha responsabilidade como legislador é legislar visando à qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal.

Eu votei contra o PDOT nesta Casa e votarei contra todos os seus dispositivos até para não legitimar esse projeto, com o qual não concordei no final do ano passado. Respeito todas as opiniões divergentes à minha, mas quero que a minha seja respeitada também.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos de acordo em apreciar os Subitens nº 6, 8 e 9 em bloco. Nós encaminharemos pela manutenção dos referidos vetos, e a Deputada Erika Kokay, Líder do Partido dos Trabalhadores, fará o encaminhamento pela sua derrubada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciação, em bloco, dos vetos aos subitens 6, 8 e 9, do Item nº 8, vetos aos seguintes dispositivos do PLC nº 46, de 2007:

6 – Art. 49, X;

8 – Art. 56, § 1º;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	78

9 – Art. 56, § 2º

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somos pela manutenção dos vetos constantes dos subitens nº 6, 8 e 9.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Subitem nº 6 diz respeito à destinação de 20% dos projetos habitacionais do Distrito Federal para a população de baixa renda. Nós acreditamos que há de se acabar com a apartação. Por que a população de baixa renda não pode morar no Noroeste? Por que tem de ser excluída? Por que os locais mais distantes, via de regra, com problemas ambientais são os destinados à população de baixa renda?

Por isso, Sr. Presidente, somos pela derrubada do veto tanto em relação ao Subitem nº 6 quanto em relação aos Subitens nº 8 e 9, que dizem respeito à reivindicação dos produtores rurais.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	79



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : *A 1 49, X ; A 1 56, f 1 ; A 1 56, f 2*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) *46/07*
 PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): *Rogério Ulysses*

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUEH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	17	2		5	

ASSP	SECRETARIO DEP. <i>WILSON LIMA</i>	ASSP	Nº	/
VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X	
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO		
ABSTENÇÃO	-			
AUSÊNCIAS	05			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	80

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Ficam mantidos os vetos aos dispositivos: Art. 49, inciso X; Art. 56, § 1º; 56, § 2º.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – O voto sim é contrário ao dispositivo?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sim, Deputado.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, eu sou contra todo o PDOT. Essa é minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência pergunta se há concordância em apreciarmos o Subitem nº 7 ou iremos para o Subitem nº 10, Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Apreciação, em bloco, dos seguintes:

Subitem nº 7 do Item nº 8, voto ao art. 53, Inciso V, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Subitem nº 10 do Item nº 8, voto ao art. 74, Parágrafo 1º, Inciso XIV, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pela Liderança do Governo, somos pela derrubada do voto dos Subitens nº 7 e nº 10.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Subitem nº 7 diz respeito ao art. 53, que visa destinar uma área - que não está clara qual é - a um aeródromo, para atender à aviação geral e executiva.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	81

Nós somos pela manutenção do voto.

O Governador tem razão em vetar esse setor, que não é definido no território sul, não se sabe quando, para a construção de um aeródromo.

Somos favoráveis também à manutenção do voto do Subitem nº 10, que trata do art. 74, porque diz respeito a uma zona urbana de expansão e qualificação que não apresenta vocação para ocupação urbana.

Portanto, somos favoráveis à manutenção dos vetos referentes aos dois subitens.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em votação, os Subitens nºs 7 e 10. Lembro que a Liderança do Governo encaminhou pela derrubada, pelo voto “não” e a Liderança da Oposição encaminhou pelo voto “sim”.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	82



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 16/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Art. 53, V; Art. 79, §1º, XIV.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 46/07

PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo _____

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT			X		
	CHICO LEITE – PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT			X		
	RAAD MASSOUH – DEM			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	2	18		4	

ASSP		SECRETARIO DEP. <u>WILSON LIMA</u>	ASSP	Nº _____ / _____
VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO		
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X	
ABSTENÇÃO	-			
AUSÊNCIAS	04			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	83

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários, 2 votos favoráveis e 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Foram rejeitados os Subitens nºs 7 e 10.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciação do Subitem nº 11 do Item nº 8, voto ao art. 74, §2º do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos pela manutenção do voto. Somos pelo voto "sim".

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) -Sr. Presidente, a destinação dessa área é para a ocupação urbana. Ela está toda cercada por ocupação urbana e, se nós seguirmos o Estatuto das Cidades, essa área tem de ser utilizada para equipamentos públicos que possam corrigir a distorção de termos feito habitações, sem se considerar que é uma cidade. Por isso, achamos que o voto não se justifica e que devemos derrubá-lo. Votaremos pela derrubada do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o voto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	84



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 16/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : A 7 74, 42

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 46/07

PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): Roney Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT					X
	CHICO LEITE – PT					X
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT					X
	RAAD MASSOUSH – DEM					X
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	19	1			4

ASSP	SECRETÁRIO DEP.	WILSON LIMA	ASSP Nº _____ / _____ Fls. °
VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	85

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis e 01 voto contrário. Houve 04 ausências.

Está mantido o voto referente ao Subitem nº 11, Item nº 8, voto ao art. 74, §2º do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta, como último item desta sessão, o Projeto de Lei nº 1.221, de 2009, que “trata da abertura de crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual”. São as emendas que os Parlamentares trocaram de lugar. Todas são emendas de Parlamentares. Os Parlamentares pediram para ajeitar e que, para liberá-las, precisamos ajustá-las aos interesses dos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito. Acato o seu pedido e incluo, como último item da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 1.221, de 2009.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 113 - Suplemento, de 26/06/2009, juntamente com a ata sucinta da 53^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Apreciação do Subitem 12 do Item nº 8, voto ao art. 75, inciso VI, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão, na Ordem do Dia, do PL. nº 1.277, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa. e coloco esse como o próximo item de votação, logo após o acordo dos Líderes em relação à apreciação dos vetos. E, tão logo possamos deliberar sobre a questão dos vetos, o primeiro item a ser votado será o projeto solicitado por V.Exa., que trata do plano de carreira dos servidores. Logo em seguida, votaremos o crédito solicitado pela Líder do Governo, Deputada Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	86

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da Liderança do Governo é pela derrubada do voto ao Subitem 12.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós achamos que o voto é correto. Achamos que o voto vem no sentido de assegurar que a legislação nacional é superior, inclusive, à legislação local.

Portanto, somos favoráveis à manutenção do voto ao Subitem 12.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o Subitem nº 12, voto ao art. 75, inciso VI, do PLC nº 46, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	87



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : A 7 75 ; VI

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 46/09

PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Foxas Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUEH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	2	18		4	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Wilson Lima</u>	ASSP
		Nº _____ /
		Fls.º _____
VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO X
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	04	



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	88

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 18 votos contrários e 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto ao art. 75, inciso VI.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Deputado Dr. Charles e do Líder do Democratas, Deputado Geraldo Naves, pedimos a inversão da pauta.

O subitem nº 34, voto ao art. 285, refere-se à questão do pessoal que está aqui na galeria aguardando paciente e ordeiramente para o encaminhamento da votação, pois entendemos que trabalharemos pela derrubada do voto.

O subitem nº 47 interessa ao pessoal de Taguatinga Sul e refere-se à consolidação da legalização do terceiro andar que já está construído, art. 307.

E a questão dos oficineiros de São Sebastião, que também estão aqui impacientes. É o art. 301, subitem nº 44.

Assim, eu gostaria que V.Exa. encaminhasse o pedido de inversão dos subitens 34, 44 e 47 para que pudéssemos votá-los neste momento, em respeito à população.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Subitens 34, 44 e 47. Pergunto se há acordo.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. encaminhasse o pedido ao Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses, pelo Bloco Parlamentar Progressista.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Progressista. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da minha parte há acordo. Em especial no subitem nº 44, faço coro em defesa dos oficineiros de São Sebastião.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	89

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de chamar à reflexão os Deputados que estão solicitando a inversão da pauta.

Nós temos um Regimento que estabelece que devemos seguir a Ordem do Dia, e isso só pode ser flexibilizado se houver consenso dos Líderes. Não há acordo. Com todo o respeito às pessoas que aqui estão e sem querer aguçar o sofrimento delas, mas não temos acordo para inversão da pauta.

O único acordo que há para a Ordem do Dia seria votarmos o projeto dos servidores, inclusive em primeiro e segundo turnos, e também o crédito. Para esses, há acordo em não seguirmos, como diz o Regimento, a Ordem do Dia. Em relação aos outros itens, não temos acordo. Ou invertemos a ordem e colocamos primeiro a questão dos servidores e a do crédito, ou então vamos seguir. Temos a noite inteira pela frente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação do Deputado Brunelli desde que os Líderes se manifestem no plenário da mesma forma que o Deputado Rogério Ulysses.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves, como Líder do Democratas.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (Bloco Democrático Social Brasileiro. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanho a solicitação do Deputado Brunelli. Afirmo que o nosso bloco, além de acompanhar o pedido de S.Exa., votará favoravelmente às referidas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, como Líder do Partido Democrático Trabalhista.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sou contra a votação, acho que se pode votar. Agora, eu tenho minha posição contra todo este PDOT.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para fazer uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. tem a palavra.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sou contra a inversão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	90

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. pode continuar contra, mas vou acatar a solicitação do Deputado Brunelli pelo consenso e pelo pessoal que está aqui.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não tem consenso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acatei a solicitação do Deputado Brunelli. O art. 35 do Regimento Interno diz: "Sempre que possível, as deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes ou, na falta deste, prevalecerá o critério da maioria, calculando-se o voto dos Líderes em função da expressão numérica de cada bancada". Portanto, está indeferida a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, essa resolução não é maior que o Regimento da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É o Regimento, Deputada. Eu estou lendo o Regimento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Reunião do Colégio de Líderes...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O capítulo VIII trata do Colégio de Líderes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, existe um Regimento na Casa, que tem de ser seguido. Existe um trâmite de funcionamento das sessões ordinárias.

Vai cortar a palavra?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vou cortar a palavra de V.Exa. Enquanto V.Exa. não respeitar o Colégio de Líderes ou a maioria daqui, eu cortarei a palavra de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, houve um acordo e V.Exa. participou dele. Se esta Casa não cumpre mais acordo...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O item nº 1 somente, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Houve um acordo, Sr. Presidente, com V.Exa. presente. Esse acordo está sendo descumprido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas eu estou cumprindo o Regimento Interno.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – V.Exa. não está cumprindo o Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estou cumprindo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	91

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Quando se fala de reuniões do Colégio de Líderes, não se fala de inversão da Ordem do Dia, Sr. Presidente. Para isso, há que se ter consenso. E qual o acordo que V.Exa. quer cumprir? É o acordo feito anteriormente ou o acordo feito fora da discussão que foi feita conjuntamente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Aqui o Plenário é maior, Deputada. Eu não vou bater boca com V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu não estou batendo boca com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Atendendo à solicitação do Deputado Brunelli, passaremos à apreciação do subitem nº 34, voto ao art. 285, que diz: “Serão admitidos, para fins de regularização fundiária, como áreas rurais os parcelamentos existentes na Área 27 e na Área 28 do Parque Ecológico Ezechias Heringer, da Região Administrativa do Guará, em glebas de 2 (dois) hectares.”

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo a indicação da Liderança do Governo, somos pela derrubada do voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que esta Casa está fazendo uma discussão absolutamente intempestiva. Primeiro, esta Casa está descumprindo um acordo. Isso nunca aconteceu antes e desta forma tão agressiva, que, aliás, nem se coaduna com a personalidade de V.Exa. Cortar microfone porque descumpriu um acordo... Eu não gostaria...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada, V.Exa. está sendo redundante. Por gentileza, seja objetiva.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu vou falar, Sr. Presidente, se me permite. Pode cortar o microfone de novo, é sua opção, Sr. Presidente. Eu nunca imaginei que veria V.Exa. ter este tipo de comportamento. Infelizmente estou vendo.

Sr. Presidente, vamos votar pela manutenção do voto, em defesa do parque. O parque está sendo destruído. É possível negociar para diminuir a poligonal do parque contemplando os chacareiros e implantando o parque, mas não se quer fazer essa negociação. A derrubada do voto é frágil do ponto de vista jurídico. O que os moradores querem não é tirar ou não os chacareiros e, sim, a implantação do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	92

parque, como outras cidades têm. Uma cidade como o Guará não tem parque. Era possível negociar as poligonais. Não será feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. já encaminhou.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, não casse a minha palavra mais uma vez. Não me lembre o AI-5 e a Ditadura Militar. Eu não gostaria de ter essa lembrança olhando para V.Exa., Sr. Presidente.

Nós votaremos pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, muito obrigado.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente , o nobre Deputado Brunelli se esqueceu de colocar o subitem nº 58, voto ao art. 327. Solicito a V.Exa. que acresça esse subitem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está acrescido o subitem nº 58.

Em discussão o voto ao art. 285, subitem nº 34. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o voto ao art. 285, subitem nº 34.

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	93



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06/2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : A + 285

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 46/07

PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Roney Ilman

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X			
	BENEDITO DOMINGOS – PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT	.			X	
	CHICO LEITE – PT	.			X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT	X	-			
	EURIDES BRITO – PMDB	.			X	
	GERALDO NAVES – DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ – PSDB		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB	.			X	
	PAULO TADEU – PT	.			X	
	RAAD MASSOUH – DEM	.			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	.			X	
	REGUFFE – PDT	X	.			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB	.			X	
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	14		08	

ASSP		SECRETÁRIO DEP. <u>Bispo Renato</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls. °
------	--	-------------------------------------	-------------------------------

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	94

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 14 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

A Deputada Erika Kokay conferiu a votação e as anotações da folha de votação. Está tudo correto.

O veto foi rejeitado.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar à Presidência desta Casa, Deputado Leonardo Prudente e V.Exa. que está exercendo a Presidência neste momento, e dizer que eu fico muito triste em ver o desrespeito e a dúvida suscitada pela Deputada Erika Kokay, que quer manter o controle uno desta Casa, mas aqui há 24 Deputados.

A Deputada Erika Kokay, quando não lhe interessa determinadas coisas, faz o que quer! S.Exa. fala como se fosse a dona. Aqui há 24 Deputados e nós merecemos respeito! A votação que aqui foi feita não suscitou nenhuma dúvida, e S.Exa. foi à Mesa para conferir voto a voto.

Portanto, senhores chacareiros, o veto foi derrubado e todos os Deputados estão de parabéns.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para dizer que há os 13 votos, sim, mas não foi computado o meu voto. Eu também votei "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Portanto, esta Presidência retifica o resultado da votação: 2 votos favoráveis e 14 votos contrários. Houve 8 ausências.

O veto foi rejeitado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	95

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há uma prerrogativa no Regimento que possibilita, inclusive, repetir a votação quando há dúvida. Nós tínhamos dúvidas porque contei apenas 12 votos, mas não usei a prerrogativa de repetir a votação. Achei por bem verificar, porque tomaria menos tempo. Isso está no Regimento Interno desta Casa.

Tudo o que faço aqui, Sr. Presidente, tem respaldo regimental. Agora, se aqueles querem calar as vozes, eu digo que esta é uma Casa em que as vozes têm que ser permitidas. Todas as vezes que faço intervenções, digo respeito ao que diz o Regimento, que é feito para assegurar o contraponto, para assegurar que todos os Parlamentares tenham direito a se posicionarem.

E digo mais, Sr. Presidente, podem querer me calar, e já quiseram, porque enfrentei a ditadura militar, mas não vão conseguir! Não admito que seja feito um acordo — e V.Exa. estava presente — e que ele seja descumprido. Esta Casa fica sem credibilidade. Portanto, Sr. Presidente, falarei o quanto for necessário e o Regimento me permitir. Casse a palavra, se quiser.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, esta Presidência permitiu que V.Exa. conferisse a votação, porque o Regimento lhe faculta.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz para declaração de voto.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que os chacareiros ocupam de forma pacífica essa área há mais de 40 anos, preservando o meio ambiente. A área que não está preservada é aquela de que o Governo não está cuidando, porque a área onde estão os chacareiros é preservada.

Portanto, fica aqui o nosso apoio às famílias que vivem daquela área.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles, por um minuto, para declaração de voto.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal que está na galeria, nossos amigos chacareiros, em primeiro lugar, é isto que a Deputada Jaqueline Roriz falou: existe gente há 40 anos morando naquele lugar. Em segundo, se não fossem vocês, já teriam invadido o parque, e não existiria nada lá. Então, quero parabenizar todos os Parlamentares que, nesta tarde histórica, votaram a derrubada desse voto.

Um abraço. Parabéns a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciação do Subitem nº 44 do Item nº 8, voto ao art. 301 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	96

Passa-se à apreciação do voto.

O voto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o voto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento da Liderança do Governo, quanto ao subitem nº 44, voto ao art. 301, é pela derrubada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	97



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

DATA 16/06 /2009

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Af 301 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 46/07
 PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rônny Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X			
	BENEDITO DOMINGOS – PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT		X			
	CHICO LEITE – PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT			X		
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES – DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ – PSDB		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB			X		
	PAULO TADEU – PT			X		
	RAAD MASSOUSH – DEM			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	1	17	6		

ASSP		SECRETÁRIO DÉP. <u>Bispo Renato</u>	ASSP	Nº <u>1</u>
			Fls.º	
VOTOS "SIM"	01	VETO MANTIDO		
VOTOS "NÃO"	17	VETO REJEITADO	X	
ABSTENÇÃO	—			
AUSÊNCIAS	06			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	98

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável e 17 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foi rejeitado o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa., Líder do Governo neste momento.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devolvo a Liderança do Governo à Deputada Eurides Brito para que S.Exa. proceda ao encaminhamento do projeto do crédito e do projeto que trata do plano de carreira dos servidores da Casa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer às pessoas que querem que os seus dispositivos também sejam apreciados que já há acordo para votá-los, mas, por força do acordo que foi firmado, solicito que encerremos as votações dos vetos, pedindo desculpas aos que não tiveram a sua matéria apreciada.

Proponho que V.Exa., Sr. Presidente, marque uma data para que nós apreciemos os demais dispositivos.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Benício Tavares, em respeito inclusive aos servidores da Casa, que estão aguardando a aprovação do plano de carreira, mas eu gostaria de consultar os Líderes quanto à continuidade da pauta ou à votação do projeto de lei que trata do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores da Casa.

Peço a compreensão dos amigos que estão na galeria. Há uma sessão solene aguardando para ser iniciada; os servidores da Casa também estão aguardando; há um crédito para ser votado, senão fica prejudicado o financiamento de alguns serviços; corremos o risco de o nosso *quorum* ficar reduzido...

Sei que há muitas demandas. Nós avançamos muito. Lamento, mas, para o que não for possível ser votado hoje, há o compromisso de votarmos na próxima sessão que será feita aqui, neste plenário. Amanhã, é dia de votação em Samambaia. O que não for votado aqui será prioridade na sessão de terça-feira da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	99

próxima semana, serão prioridade os itens que interessam os senhores que hoje estão na galeria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de externar o meu profundo respeito pela Deputada Erika Kokay e gostaria também de dizer que realmente temos que buscar o entendimento e o respeito porque, apesar das divergências, existe a questão do decoro e do respeito. Eu queria externar o meu respeito. Fiquei até um pouco constrangido com o episódio que aconteceu agora há pouco.

Em segundo lugar, eu queria parabenizar os oficineiros de São Sebastião. Era uma causa importante. Tivemos a sensibilidade de entender que as pessoas estão aqui desde cedo e foi isso o que nos motivou. Não vejo que houve uma quebra de acordo. Houve simplesmente o interesse de atender as pessoas que estão na galeria, que merecem o nosso respeito. São temas complicados, são temas complexos, mas o que me sensibilizou de fato foi o envolvimento das pessoas que estão aqui na galeria.

Quanto a mim, não tenho dificuldades de apreciar mais um ou dois temas referentes ao PDOT. Não tenho dificuldades em relação a isso, repito, e acho que temos que apreciar também o projeto de interesse dos funcionários da Casa. Vou ficar aqui o tempo que for necessário para fazer essas apreciações e acredito que os membros do bloco também.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, os Líderes foram consultados, não?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sobre o Projeto de Lei nº 1.277?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – No início, sim, mas posso consultar novamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, apenas queremos responder à sua consulta, se me permite.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – A Liderança do PT não falou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	100

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Obrigada, Sr. Presidente, por me deixar falar. Sr. Presidente, estamos de acordo em votar imediatamente o projeto dos servidores. Nós temos um acordo e não desrespeitamos acordos. Não desrespeitamos o acordo de votarmos o crédito e nós gostaríamos que a matéria fosse apreciada em primeiro e em segundo turnos e que já pudéssemos votar a redação final.

Portanto, Sr. Presidente, se alguém descumpre acordo nesta Casa, não é o PT, que nunca descumpriu acordos. Infelizmente os acordos já não servem para nada e eles resultam em corte de microfone, em cassação da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.277, de 2009, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Lei nº 1.277, de 2009, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Este plano, Sr. Presidente, foi discutido à exaustão com toda a Casa, com todos os servidores, com todos os Deputados para analisar uma minuta apresentada por uma comissão designada por V.Exa. Após embates bem acirrados, bem acendrados, chegou-se a um denominador comum, a uma proposta que, ao nosso sentir, atende perfeitamente os anseios dos servidores e também representa uma obrigação da Casa para com eles, que estão há cerca de 3 anos sem ter revisão em seus salários, em suas carreiras.

Entendemos, ainda uma vez, repetindo, o plano é constitucional e atende a todos os anseios e à vontade da Casa, dos Parlamentares, que trabalharam nele por todo esse tempo.

No âmbito da Mesa Diretora, o nosso parecer é pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	101

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.277, de 2009, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, o projeto foi debatido exaustivamente também e não interfere nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, somos pela admissibilidade do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Na ausência do Deputado Rogério Ulysses, designo o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Suplente da Comissão de Constituição e Justiça, aprecio o Projeto de Lei nº 1.277, de 2009, de autoria de vários Deputados, que “institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53ª SESSÃO ORDINÁRIA	102

Portanto, somos pela sua admissibilidade, pois está dentro dos critérios de legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e redacional.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com 15 votos favoráveis.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos apreciando o projeto em primeiro turno?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Chico Leite, estamos em processo de votação em primeiro turno.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, eu queria fazer um destaque, se V.Exa. permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Chico Leite, trata-se de uma emenda?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu quero destacar o art. 37.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O tempo regimental passou. Eu queria pedir a V.Exa. que faça o destaque no segundo turno, sem prejuízo da apreciação do destaque.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu só queria fazer esse registro. Não há problema. Eu comprehendo V.Exa. e o ordenamento que deseja dar. Quero apenas a garantia do registro, do destaque e da votação no segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	103

Continua em votação, sem prejuízo da emenda que será apreciada e apresentada em segundo turno ao art. nº 37 - está muito claro isso, Deputado Chico Leite.

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 20 votos favoráveis e 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Está aprovado o projeto, em primeiro turno.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu entendo como legítimas as reivindicações dos servidores desta Casa por reposição da inflação. A essa reposição até os trabalhadores da iniciativa privada têm direito.

Agora, há dois pontos neste projeto com os quais eu não concordo. O primeiro se refere à terceirização. Penso que não é o melhor caminho, até porque haverá duas pessoas contratadas para fazer o mesmo serviço. Vai aumentar a despesa e o custo desta Casa para o contribuinte do Distrito Federal. O segundo se refere ao fato de que este projeto também aumenta a chamada verba de gabinete, e eu defendo e pratico no meu gabinete exatamente o oposto: a redução dela.

Por esses motivos, eu estou votando contrariamente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa. Antes, porém, quero fazer um registro. Eu gostaria de parabenizar o trabalho que a Ouvidoria desta Casa, na pessoa do Deputado Benedito Domingos, fez em Ceilândia. Esta Presidência recebeu um relatório muito robusto, conciso e contundente sobre as várias demandas que chegaram à Ouvidoria.

Portanto, Deputado Benedito Domingos, em nome desta Presidência e da Mesa Diretora, receba os cumprimentos pelo trabalho que foi feito. Esperamos que esse mesmo trabalho seja feito a partir da amanhã em Samambaia.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diz o art. 256 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

"Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa Diretora fará



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	104

reconstituir o respectivo processo pelos meios ao seu alcance para a tramitação ulterior.

Parágrafo único. Comprovada a retenção indevida por dolo, com intuito de prejudicar a tramitação da matéria, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar aplicará ao Deputado Distrital com quem se encontrar o processo as sanções devidas.”

Solicito a V.Exa. que todas as contas - de todos os governadores, tanto do ex-governador Joaquim Roriz como do atual governador - sejam distribuídas aos respectivos relatores para serem apreciadas por esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente, quero, na verdade, não exorbitar das minhas funções de Presidente. Mas, certamente, faço um apelo ao presidente das comissões em que esses projetos estão tramitando para que proceda conforme exposto aqui por V.Exa.

Esta Presidência não tem nenhuma dificuldade em relação a isso. Tão logo essa questão seja apreciada nas comissões de mérito, certamente o plenário não se furtará em apreciá-las. Se há algum extravio de proposição, determino à assessoria de Plenário que faça a sua reconstituição. E não faça somente a reconstituição, mas, também, apure eventuais desvios ou eventuais falhas de conduta de servidor, de Deputado ou de qualquer agente que tenha os proporcionado.

Portanto, acato a questão de ordem de V.Exa. naquilo que se refere à prerrogativa da Presidência.

Faço um apelo aos presidentes das comissões para que procedam à apreciação dessa matéria, em especial à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Esta Presidência não pretende intervir nos trabalhos internos da comissão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Ouvirei V.Exa. Antes, porém, como se trata de um assunto referente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, peço ao Deputado Cristiano Araújo que faça as suas considerações. Em seguida, V.Exa. se pronunciará.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, apenas para esclarecer que, ao assumir a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, encontramos três contas do governo passado e já temos uma do Governador Arruda.

Então, determinarei que sejam distribuídas as relatorias na próxima reunião da comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está respondida a questão colocada pelo Deputado Cabo Patrício.

Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Milton Barbosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	105

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre esse assunto que o Deputado Cabo Patrício traz a lume, eu tive oportunidade de, no ano passado, referir-me a ele. Não entendo por que contas de governadores, quaisquer que sejam, ficam dormitando nas gavetas, não sei a que título. Disse neste tom e nesses termos, e estou repetindo agora. Parece-me - eu ouvi notícia aqui - que o Deputado Paulo Roriz, quando participava da Comissão de Assuntos Sociais, e não sei a que título, por que motivo, andou distribuindo esses projetos. Depois foi residir no âmbito do Executivo.

Então, a minha questão de ordem é tão só para dizer que sejam quais forem as contas, as nossas, que fomos gestores do Executivo, aqui gestores de outra natureza, devem ser apreciadas no tempo oportuno. Eu estou respondendo sobre uma no Tribunal de Contas, e lá não se perde tempo. E por que aqui não se faz a mesma coisa? Qual é o receio de apreciar as contas? O Tribunal de Contas, quando há obra nesse sentido, aprova, faz recomendações, ou não aprova e manda para cá.

Deputado Benício Tavares, V.Exa. me perdoe, mas eu tenho que falar isso, porque falei no ano passado. Tem-se que apresentar as contas, sim. Qual é o motivo de não as apresentar? Por que o Deputado Paulo Roriz distribuiu essas contas para alguns membros aqui — que não sei quais foram? Para que ele distribuiu e depois foi habitar no Executivo? Quero concordar com quem apresentou o pedido para distribuir as contas. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu gostaria de dizer que o Deputado Cristiano Araújo já respondeu, já vai fazer a distribuição.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi do nobre Deputado Milton Barbosa, com a firmeza habitual de S.Exa., que esses processos foram distribuídos a Parlamentares e estão, no jargão utilizado, dormitando até hoje. Eu queria que fosse possível registrar o nome dos Parlamentares a quem foram distribuídos, porque, aqui, todos somos Parlamentares. Então, esses projetos foram distribuídos a que Parlamentares, que não teriam, ao tempo do Regimento, apresentado o seu relatório? Essa é a indagação que faço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Essa é uma questão *interna corporis* da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Espero que V.Exa. faça essa indagação na reunião dessa comissão. Certamente, as respostas, V.Exa. as terá.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	106

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também não recebi o relatório e queria me somar a essa solicitação apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, penso que, por uma questão de justiça, todos os Parlamentares deveriam ter acesso a essa informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Faço um apelo aos Deputados, em respeito à sessão solene nesta Casa, de autoria da Deputada Eurides Brito, marcada para as 19h. Há um crédito para ser apreciado e depois um segundo turno. Peço que possamos nos ater a esses dois itens, para encerrarmos a sessão e iniciarmos a sessão solene a que me refiro.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.221, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 105.119,00 (cento e cinco mil e cento e dezenove reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, incluindo as emendas apresentadas. Serão apreciadas 20 emendas, das quais uma foi retirada. Então, há 19 emendas no projeto. Apenas para fazer uma correção, na verdade, são 21 emendas — uma foi retirada. São 21 emendas valendo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.221, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 105.119,00 (cento e cinco mil e cento e dezenove reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

O referido projeto de lei tramita na Casa há quase 2 meses e era para ser relatado pelo Deputado Paulo Tadeu, que não pôde estar presente. Procederemos ao parecer oral.

Lembro que, ao projeto, foram apresentadas 21 emendas, que passo a ler:

- Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Deputada Eurides Brito;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	107

- Emenda Aditiva nº 2, de autoria do Deputado Dr. Charles, retirada neste momento;

- Emenda Aditiva nº 3, de autoria do Deputado Leonardo Prudente;
- Emenda nº 4, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro;
- Emenda Modificativa nº 5, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro;
- Emenda Aditiva nº 6, de autoria do Deputado Brunelli;
- Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Rôney Nemer;
- Emenda Aditiva nº 8, de autoria do Deputado Brunelli;
- Emenda Aditiva nº 9, de autoria da Deputada Erika Kokay;
- Emenda Aditiva nº 10, de autoria da Deputada Erika Kokay;
- Emenda Aditiva nº 11, de autoria da Deputada Erika Kokay;
- Emenda Aditiva nº 12, de autoria da Deputada Erika Kokay;
- Emenda Aditiva nº 13, de autoria da Mesa Diretora;
- Emenda Aditiva nº 14, de autoria da Mesa Diretora;
- Emenda Aditiva nº 15, de autoria da Mesa Diretora;
- Emenda Aditiva nº 16, de autoria do Deputado Benício Tavares;
- Emenda Aditiva nº 16, de autoria do Deputado Benício Tavares;
- Emenda Aditiva nº 17, de autoria do Deputado Benício Tavares;
- Emenda Aditiva nº 18, de minha autoria;
- Emenda Aditiva nº 19, de autoria do Deputado Brunelli;
- Emenda Aditiva nº 20, de autoria também do Deputado Brunelli;
- Emenda Aditiva nº 21, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do projeto com o acatamento das emendas de 1 a 21.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2009	15h25min	53 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	108

O parecer foi aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.221, de 2009.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que encerre esta sessão ordinária, para que possamos votar, em segundo turno, o projeto que trata do plano de carreira dos servidores desta Casa e o projeto que trata do crédito suplementar.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 1.277, de 2009;
- Projeto de Lei nº 1.221, de 2009.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h41min.)